

PROEP 2006

Relatório Semestral de Progresso

Período 1/1/2006 a 30/06/2006

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/MEC

PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional/MEC

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC

TITULARES EM 2004

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Diretor do Departamento de Desenvolvimento e Programas Especiais

TITULARES NO PERÍODO CONSIDERADO (2006)

(Portaria nº 376 de 02/02/2005, que transferiu a gestão do PROEP para o FNDE)

Presidente FNDE

Diretor de Programas Especiais do FNDE

Coordenador Geral do Programa

INFORMAÇÕES BÁSICAS

Nº do Projeto: BRA/98/020

Título do Projeto: Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP

Agência Executora:

- No ano de 2004 – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC
- Atual (a partir de 02/02/2005) – FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC

Data de Assinatura de Contrato do Projeto: 24/11/1997

Data Efetiva do Início das Atividades: 01/12/1998

Data Limite para Comprometimento de Recursos: 22/12/2006

Data para o Último Desembolso: 31/05/2007



A demanda pelo ensino profissionalizante cresce ano a ano no País, como busca pelo ingresso e permanência no mercado de trabalho de milhares de jovens e adultos. Para suprir essa necessidade o Governo Federal criou o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP. Os investimentos prioritários para a educação profissional são feitos na construção e expansão de escolas, modernização de laboratórios, compra de equipamentos e livros, desenvolvimento técnico-pedagógico e elaboração de novos modelos de gestão.

O presente Relatório de Progresso contém informações sobre a execução do PROEP durante o período de janeiro a julho de 2006, suas metas, resultados e desafios a serem superados. Os resultados informados, juntamente com os dados das realizações físicas e financeiras, demonstram que, durante o referido período, o Programa obteve um desenvolvimento bastante relevante em relação às ações propostas no Orçamento de 2006.

Em anos anteriores, o PROEP passou por diversas situações que impediram o desenvolvimento de algumas ações planejadas no seu Plano de Metas, tais como: a transferência do Programa do MEC para o FNDE – que tem uma estrutura totalmente diferenciada da adotada anteriormente –, as turbulências causadas pela transição, entre outras.

No entanto, em seu estágio atual, e a partir de um processo de reformulação na metodologia de trabalho, o Programa vem experimentando uma fase de expressivas mudanças. Após um período de estudo e mapeamento dos problemas apresentados nos anos anteriores, pode-se chegar a um diagnóstico satisfatório e, atualmente, encontra-se em curso a implementação de diversas melhorias, elencadas no presente Relatório.

Leopoldo Jorge Alves Junior
Diretor de Programas Especiais
DIPRO/FNDE/MEC



1. INTRODUÇÃO	5
2. PLANO OPERATIVO ANUAL – POA 2006	11
3. SUBPROGRAMA A - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS GLOBAIS (PROJETOS NACIONAIS)	12
3.1 DESENVOLVIMENTO GERENCIAL	13
3.2 SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	13
3.3 DESENVOLVIMENTO CURRICULAR	14
3.4 DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIAS	15
3.4.1 Estudos de Mercado de Trabalho	15
3.4.2 Acompanhamento de Egressos	15
3.5 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	16
3.6 SISTEMA NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL	17
3.7 CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	17
3.8 I JORNADA NACIONAL DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	17
4. SUBPROGRAMA B – PLANOS ESTADUAIS E PROJETOS ESCOLARES	19
5. REGULARIZAÇÃO DOS PROCESSOS E EXECUÇÃO FÍSICA	21
5.1 PLANEJAMENTO E CONTROLE DE VIAGENS	23
5.2 RETOMADA DO FLUXO DE COMUNICAÇÃO	24
5.3 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	27
5.4 LICITAÇÕES E PREGÕES	29
5.5 SUPORTE AO PROJETO ESCOLA DE FÁBRICA	31
6. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA	34
6.1 STATUS DOS CONVÊNIOS DO PROEP	37
7. PLANO DE AÇÃO 2006	42
8. CONCLUSÃO	54



O Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP é uma iniciativa do Ministério da Educação – MEC para implementação dos preceitos e dispositivos estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), e do Decreto nº 2.208/97 que regulamentou dispositivos dessa Lei.

O PROEP teve seu início em 24 de novembro de 1997. Visa à implantação da reforma da educação profissional, especialmente no que diz respeito às inovações introduzidas pela legislação. Abrange aspectos técnico-pedagógicos, como flexibilização curricular, gestão escolar que contemple a autonomia, flexibilidade, captação de recursos e parcerias, garantindo a expansão da rede de educação profissional.

Através do Programa, procura-se criar um sistema de educação profissional (educação para o trabalho) separado do ensino médio e do ensino universitário. O referido sistema habilita jovens e adultos para o mercado de trabalho mediante a oferta de cursos pós-médios não universitários e cursos livres de nível básico e de aperfeiçoamento, com o objetivo de obter uma oferta, dentro do país, de mão-de-obra melhor qualificada.

Concomitantemente, foram financiados estudos para preparar uma reforma do ensino médio acadêmico, bem como apoiar a disseminação da revisão curricular e Planejamento Estratégico para expansão e melhoria desse nível de ensino.

Os principais objetivos específicos do Programa são:

- a) Fortalecer no MEC e nas Secretarias Estaduais, responsáveis pela educação profissional, as funções de normatizar, apoiar, coordenar, monitorar e avaliar o desempenho do sistema, bem como informar ao público acerca do mesmo;
- b) Criação, com base nas atuais escolas técnicas federais, estaduais e municipais (comunitárias), e mediante a construção de novas unidades, de uma rede de Centros de Educação Profissional (CEP's);
- c) Utilização de pesquisas de demanda e de estudos de tendências de mercado de trabalho para a determinação dos cursos que deverão ser oferecidos;
- d) Oferta curricular com organização modular, de acordo com os requisitos de capacidade ocupacional para cada profissão;
- e) Promoção de colaboração entre as instituições de formação profissional, instituições públicas, empresas e sindicatos para compartilhar experiências inovadoras, desenvolver e implementar políticas integradas, e apoiar a gestão e financiamentos dos CPs através de associação ou outras formas de apoio mútuo;

- f) Incentivo à autonomia e melhor desempenho dos centros educativos através de: financiamento e participação na gestão por parte da comunidade, implantação progressiva de sistemas de financiamento na forma de capitação quando se tratar de recursos públicos, e acesso público à informação referente ao desempenho e efetividade dos CPs;
- g) Criação dos sistemas de certificação de competências que contribuam para o melhor funcionamento do mercado de trabalho, facilitando uma relação flexível do trabalhador com o sistema educativo;
- h) Atendimento da demanda para a qualificação e requalificação dos trabalhadores por intermédio da compra de cursos de entidades públicas e privadas, especialmente as financiadas pelo Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR);
- i) Incentivo à transformação das escolas federais financiadas com recursos do Programa em escolas que atendam aos objetivos do ensino profissional, reduzindo gradualmente as matrículas no ensino médio regular;
- j) Garantia de que o aumento de estabelecimentos de educação profissional dar-se-á por meio dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, isoladamente ou em associação com o setor privado, ou por meio de entidades privadas sem fins lucrativos, isoladamente ou em associação com o setor público; e
- k) Estímulo à adoção de formas flexíveis de contratação de pessoal com base na legislação vigente.

O Programa, ainda, compreende quatro componentes de atuação:

- **IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS GLOBAIS**, que consiste em formular e implementar políticas de educação profissional com o objetivo de melhorar a qualidade da oferta dessa modalidade de educação no País;
- **REDIMENSIONAMENTO DA OFERTA DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, buscando o desenvolvimento de ações para o seu reordenamento, envolvendo aspectos de adequação de currículos, diversidade de oferta de cursos, ampliação e reforma de infra-estrutura, aquisição de equipamentos e materiais de ensino-aprendizagem e capacitação de recursos humanos;
- **REORDENAMENTO DE REDE ESTADUAL**, buscando conceber e operacionalizar planos de educação profissional em todas as unidades da Federação, envolvendo o financiamento de centros de educação profissional, visando à diversidade de oferta, a adequação e construção curricular, novos modelos de gestão, ampliação da oferta de vagas, construção, ampliação e reforma de infra-estrutura e aquisição de equipamentos; e
- **APOIO AO SEGMENTO COMUNITÁRIO**, mediante financiamento para construção de centros de educação profissional a serem geridos pela própria comunidade, com significativa expansão e diversificação da oferta de cursos e adequação às peculiaridades locais e regionais.

Para alcançar seus objetivos, o PROEP conta com os seguintes Subprogramas:

Subprograma A – Implementação de Políticas Globais (Projetos Nacionais)

Subprograma B – Planos Estaduais e Projetos Escolares

Subprograma C – Administração do Programa

Todas as Ações Orçamentárias do PROEP, constantes do PPA 2004/2007, têm relações objetivas com suas Competências Regimentais, isto é, com os objetivos, subprogramas e seus componentes, constantes do Anexo A do documento de contrato. O Quadro I a seguir apresenta estas relações:

QUADRO I - COMPARATIVO DE AÇÕES

PROEP	AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS-PPA	POA-2005	COMPONENTES
SUBPROGRAMA A – Implantação de Políticas Globais			
12.363.1062.3687	Desenvolvimento e Implantação do Sistema de Informações da Educação Profissional	A.1.2-Sistemas de Informação da Educação Profissional - SIEP;	A.1.2.01-Implantação do sistema de Informações da Educação Profissional
12.363.1062.3681	Desenvolvimento e Implementação de Modelos de Gestão para a Educação Profissional	A.1.3-Desenvolvimento e Implementação de Modelos de Gestão	A.1.3.01-Formulação de Novos Modelos de Gestão Escolar
12.363.1062.7365	Desenvolvimento e Implementação de Parâmetros Curriculares Nacionais dos Níveis Técnico e Tecnológico	A.2.2- Adequação Curricular	A.2.2.01-Desenvolvimento de Parâmetros Curriculares Nacionais do Nível Tecnológico
12.363.1062.7742	Desenvolvimento e Implementação do Sistema Nacional de Certificação Profissional	A.2.3- Certificação de Competências	A.2.3.01-Implementação do Sistema Nacional de Certificação Profissional
12.128.1062.3676	Capacitação dos Profissionais da Educação Profissional	A.3.1- Desenvolvimento de Recursos Humanos.	A.3.1.01-Capacitação de Docentes e Técnicos Administrativos
12.131.1062.4641	Publicidade de Utilidade Pública	A.4.1- Plano de Comunicação	A.4.1.01-Desenvolvimento do Plano de Comunicação do PROEP.

SUBPROGRAMA B: Planos Estaduais e Projetos Escolares e Escola de Fábrica			
12.363.1062.3688	Desenvolvimento e Implantação de Planos Estaduais de Educação Profissional	B.1.1-Elaboração de Planos Estaduais de Educação Média e de Educação Profissional	B.1.1.02-Implementação do PEP
12.363.1062.7109	Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional	B.2.1-Projetos Federais	B.2.1.02-Investimento em Projetos Escolares da Rede Federal
12.363.1062.7109	Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional	B.2.2-Projetos Estaduais	B.2.2.02-Investimento em Projetos Escolares da Rede Estadual
12.363.1062.7109	Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional	B.2.3-Projetos do Segmento Comunitário	B.2.3.02-Investimento em Projetos Escolares do Segmento Comunitário
12.363.1062.7109	Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional	B.4.1-Bolsa-Escola de Fábrica	B.4.1.01-Bolsa Privada B.4.1.02-Bolsa Estatal
12.363.1062.7109	Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional	B.4.2-Administração Direta – Escola de Fábrica	B.4.2.01-Esfera Federal B.4.2.02-Esfera Estadual B.4.2.03-Esfera Municipal
12.363.1062.7109	Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional	B.4.3-Administração Indireta	B.4.3.01-Organizações não Governamentais
ADMINISTRAÇÃO			
12.363.1062.3685	Implementação da Expansão da Educação Profissional	C.1.1-Administração PROEP	C.1.1.01-Gasto com Pessoal
12.363.1062.3685	Implementação da Expansão da Educação Profissional	C.1.2-Administração da Escola de Fábrica	C.1.2.01-Despesa com Pessoal
12.363.1062.3685	Implementação da Expansão da Educação Profissional	C.1.2-Administração da Escola de Fábrica	C.1.2.02-Pagamento de Diárias

12.363.1062.3685	Implementação da Expansão da Educação Profissional	C.1.2-Administração da Escola de Fábrica	C.1.2.03-Remuneração de Serviços Pessoa Física
12.363.1062.3685	Implementação da Expansão da Educação Profissional	C.1.2-Administração da Escola de Fábrica	C.1.2.04-Remuneração de Serviços Pessoa Jurídica
12.363.1062.3685	Implementação da Expansão da Educação Profissional	C.1.2-Administração da Escola de Fábrica	C.1.2.05- Aquisição de Material Permanente
12.363.1062.3685	Implementação da Expansão da Educação Profissional	C.1.2-Administração da Escola de Fábrica	C.1.2.06- Aquisição de Material de Expediente

O Programa decorre do Acordo de Empréstimo nº 1.052/OC-BR, assinado entre o Ministério da Educação e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com uma operação de crédito inicial de US\$ 250 milhões do BID e US\$ 250 milhões do Governo Brasileiro, totalizando US\$ 500 milhões, com sua vigência final prevista, inicialmente, para novembro de 2006.

Em 9 de dezembro de 2003, foi encaminhada à COFIEX/MPOG a proposta de redução do valor global do Contrato de Empréstimo nº 1052/OC-BR em US\$ 100 milhões, sendo US\$ 50 milhões de recursos provenientes do financiamento do BID e outros US\$ 50 milhões do montante da Contrapartida Nacional que é formada, em proporções iguais, pelo Ministério da Educação e pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), cujo apoio foi formalizado na reunião do CODEFAT, realizada em 02 de julho de 1997, que deliberou favoravelmente, comprometendo-se a alocar recursos, inicialmente, da ordem de US\$ 125 milhões.

Em 2005 também foi enviada à COFIEX/MPOG uma proposta de redução de recursos de US\$ 88 milhões, sendo US\$ 44 milhões de recursos do BID e 44 milhões da Contrapartida Nacional, ocorrendo uma nova redução no valor do contrato, contando hoje com o montante de US\$ 312 milhões, conforme quadro a seguir:

QUADRO II – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO CONTRATO (em US\$)

CONTRATO/FONTE	BID	CONTRAPARTIDA		TOTAL
		MEC	FAT	
BID 1052/OC-BR	156.000.000,00	78.000.000,00	78.000.000,00	312.000.000,00

No primeiro semestre de 2006 foi encaminhado à COFIEX/MPOG um pleito de prorrogação do prazo de comprometimento dos recursos do empréstimo, de 24.05.2006 para 22.12.2006, e do prazo de desembolso de 24.11.2006 para 31.05.2007. O Grupo Técnico da COFIEX, reunido em 10.05.2006, recomendou a aprovação do pleito relativo ao Contrato de Empréstimo BID-OC n° 1052, conforme requerido, condicionando a prorrogação dos prazos supramencionados à apresentação de documentação demonstrando: “i) os valores contratados e o saldo do financiamento; e ii) a comprovação de gastos, junto à Secretaria do Tesouro Nacional, dos recursos do empréstimo já repassados aos co-executores”.

Em razão de tais determinações, impostas como condição para prorrogação dos prazos de comprometimento e desembolso de recursos, no primeiro semestre de 2006 foi efetuada uma reformulação na metodologia de trabalho adotada pelas áreas técnicas do PROEP, visando a uma maior agilidade e eficiência nos processos de comprovação de gastos e prestação de contas por parte das entidades convenentes.

Na atual gestão, o PROEP implementa uma política de educação profissional e tecnológica que não só visa uma adequação ao atendimento das necessidades do mercado, mas também inclui em suas prioridades as demandas sociais, partindo do pressuposto segundo o qual o Estado deve assumir papel ativo na coordenação, financiamento e execução da política de educação profissional. Nesse sentido, são envidados esforços significativos para o reordenamento, não apenas de seus processos gerenciais, mas também para a ampliação da infra-estrutura setorial e a qualificação dos agentes institucionais envolvidos, visando fazer da educação profissional e tecnológica uma peça chave para o desenvolvimento do país.

2. PLANO OPERATIVO ANUAL – POA 2006



O POA 2006 foi elaborado de acordo com os recursos alocados na Proposta (Projeto de Lei - PL) de Orçamento Geral da União para 2006, ressaltando, ainda, que esses recursos alocados na proposta de Projeto de Lei encontravam-se sujeitos ao contingenciamento pelo Poder Executivo após a promulgação da Lei Orçamentária.

Para cumprir as metas de desembolso junto ao BID, em 2006 o PROEP conta com R\$ 154,1 milhões (US\$ 66,14 milhões) do POA de 2006, a serem transferidos durante o ano, R\$ 73,60 milhões (US\$ 31,58 milhões) que já foram transferidos aos convenientes e ainda não comprovados junto ao Programa, e R\$ 101,23 milhões (US\$ 43,44 milhões) de Restos a Pagar (RAP) referentes aos exercícios anteriores de 2003 a 2005. O Programa movimentará, até o final do ano de 2006, um total de R\$ 328,84 milhões (US\$ 141,15 milhões).

Para o ano de 2006 a meta assumida pelo Programa é comprometer a totalidade (100%) dos recursos restantes do Contrato de Empréstimo, até dezembro de 2006, e comprovar a totalidade dos gastos até maio de 2007 e, para atingir tal objetivo, foi elaborado um Plano de Metas. O cumprimento das metas contidas neste Plano possibilitará a conclusão de vários convênios que se encontram em diferentes níveis de execução até o final do ano.

QUADRO III – SÍNTESE DO PLANO OPERATIVO ANUAL - POA 2006
(segundo Subprograma e Categoria)

DISCRIMINAÇÃO	VALORES PROGRAMADOS	
	em R\$	em US\$
SUBPROGRAMA A . Implantação de Políticas Globais	5.000.000,00	2.145.922,75
2.1 Equipamentos	88.400,00	37.939,92
2.2 Serv. Consultoria	511.600,00	219.570,82
2.3 Capacitação	4.350.000,00	1.866.952,79
2.4 Serv. Especializados	50.000,00	21.459,23
SUBPROGRAMA B . Planos Estaduais e Proj. Escolares	137.123.368,35	58.851.231,18
3.1 Obras	46.037.386,44	19.758.534,96
3.2 Mobiliário e Equipamentos	54.395.248,72	23.345.600,31
3.3 Capacitação	7.288.804,64	3.128.242,34
3.4 Serv. Consultoria	4.525.745,00	1.942.379,83
3.5 Serv. Especializado	24.876.183,55	10.676.473,63
SUBPROGRAMA C . Administração do Programa	12.000.000,00	4.994.703,84
1.0 Administração do Programa	411.000,00	176.394,84
. Serv. de Consultoria	366.000,00	157.081,55
. Capacitação	9.123.000,00	3.915.450,64
. Equipamentos	2.100.000,00	901.287,55
. Serviços	411.000,00	176.394,84
TOTAL GERAL	154.123.368,35	66.147.368,45

* Foi utilizada a taxa de câmbio no valor de US\$ 2,33



IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS GLOBAIS (PROJETOS NACIONAIS)

Para alcançar seus objetivos o PROEP conta com Subprogramas, entre eles o Subprograma A - Implementação de Políticas Globais (Projetos Nacionais) para a Educação Profissional, estruturado de modo a promover o desenvolvimento de políticas públicas para a expansão da oferta de educação profissional, tanto no que diz respeito à garantia do acesso a uma educação pública de qualidade, quanto no que se refere ao direcionamento dos recursos públicos vinculados à educação profissional.

No primeiro semestre de 2006, o Subprograma A, que tem suas ações a cargo da SETEC/FNDE/MEC, apresentou um avanço na maioria de suas metas, ressaltando-se que as ações programadas foram concluídas dentro do prazo previsto e as demais se encontram em desenvolvimento. Destacam-se os seguintes avanços:

1. Promoção de estudos sobre os atuais modelos utilizados e elaboração de proposta de integração dos sistemas de informação existentes no PROEP;
2. Realização do segundo levantamento da pesquisa do SIPAV, cujo formulário de coleta foi enviado para 234 escolas (242 convênios) em 173 municípios, sendo: 55 escolas do segmento Federal, 89 escolas do segmento Estadual, e 90 escolas do segmento Comunitário. Do total de escolas alvo da pesquisa, 212 responderam aos questionários, o que representa 90% do universo pesquisado;
3. Realização de estudos sobre fontes, legislação, gestão do financiamento da Educação Profissional, e sobre a proposta de criação do Fundo Nacional de Educação Profissional;
4. Continuação do processo de levantamento de informações das escolas financiadas com recursos do Acordo, especificamente quanto ao cumprimento de metas previstas nos Projetos Escolares – PEC's (este acompanhamento está inserido no Sistema de Informação da Educação Profissional);
5. Realização de pesquisa e de monitoramento do cumprimento das metas pactuadas, com ênfase nos cursos ofertados, matrículas nos cursos técnicos, tecnológicos e de formação inicial e continuada, parcerias efetivadas, e outras informações. Nas escolas do segmento Comunitário tem sido levantado o cumprimento de cláusula contratual que determina, como contrapartida ao investimento feito pelo poder público, a oferta de 50% de vagas gratuitas em todos os cursos oferecidos.

O Subprograma A encontra-se estruturado de forma a alcançar o desenvolvimento gerencial, técnico-pedagógico, de recursos humanos e de um plano de comunicação que compreende a organização de campanhas institucionais, seminários nacionais e encon-

tros para divulgação da reforma da educação profissional. A seguir, apresentamos as principais metas e resultados alcançados na execução das ações envolvidas na Implementação de Políticas Globais para a Educação Profissional.

3.1 DESENVOLVIMENTO GERENCIAL

No primeiro semestre de 2006 ocorreu uma reformulação na gestão da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, com alteração dos titulares dos cargos de Secretário, Diretores dos Departamentos de Desenvolvimento de Projetos Especiais (DDPE), de Políticas e Articulação Institucional e Escola de Fábrica, dos titulares das Coordenações-Gerais de Execução e Monitoramento (DDPE), do titular da Coordenação-Geral de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica – DPAI e da Coordenação de Orçamento Planejamento e Gestão.

Tais alterações promoveram uma enorme aceleração na execução das atividades/ações previstas no Subprograma A do PROEP, referentes à Implementação de Políticas Globais para a Educação Profissional.

Com relação às funções normativas, foram efetuadas as seguintes ações:

1. Composição e nomeação de um Grupo de Trabalho com o objetivo de realizar um levantamento e análise dos atos normativos relativos à Educação Profissional e Tecnológica vigente no país (leis, decretos, portarias, pareceres e resoluções), e recomendar modificações com vistas a uma maior coerência entre tais atos (Portaria no 08, de 6 de março de 2006).
2. Início da elaboração de documento contendo proposta de alteração dos atos normativos supramencionados; proposta de regulamentação das denominações de cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio; proposta de criação de formas alternativas de complementação ao financiamento da Educação Profissional e Tecnológica; entre outras recomendações e propostas.

3.2 SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O Sistema de Informação da Educação Profissional - SIEP objetiva prover as unidades da rede federal, estadual e comunitária de informações relevantes, consistentes e atualizadas sobre a Educação Profissional e Tecnológica. Além disso, visa facilitar o fluxo de informações e a tomada de decisões. O SIEP conta atualmente com os seguintes módulos, nos seguintes estágios:

- a) Observatório de Demanda da Educação Profissional e Tecnológica: em fase de concepção;
- b) Sistema de Gerenciamento Acadêmico (SIGA): em desenvolvimento;
- c) Sistema de Informações Gerencial (SIG): em pleno funcionamento para as instituições federais de educação tecnológica;
- d) Cadastro Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT): sistema já existente e em funcionamento. Encontra-se em fase de estudo de compatibilização de linguagem;
- e) Sistema de Pesquisas e Avaliações (SIPAV): sistema já existente e em funcionamento. Encontra-se em fase de estudo de compatibilização de linguagem;
- f) Centro de Documentação Virtual (CDV), composto pelo Banco de Teses e a Biblioteca Virtual: primeira fase em desenvolvimento, que consiste em promover processo licitatório para montagem do Arquivo da Educação Profissional e Tecnológica (triagem e catalogação de documentos);
- g) Interoperação da Rede Virtual Temática para as instituições federais de educação tecnológica (Inter-rede): em fase piloto de implementação em nove instituições federais de educação tecnológica;
- h) Sistema de Educação Profissional e Tecnológica Gerencial (SIEP Gerencial): sistema de gerenciamento dos módulos do SIEP em fase de concepção.

3.3 DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

Entre os dias 19 e 24 de fevereiro de 2006 foram realizadas reuniões na cidade de João Pessoa/PB, com participação de cerca de trinta especialistas das diversas áreas da educação profissional superior, para elaboração de proposta de parâmetros curriculares dentro de um Catálogo dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Em Maringá/PR foi realizado seminário para discussão das propostas iniciais, com a participação de 65 especialistas. Foram realizadas diversas reuniões de articulação nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Brasília.

E, ainda, nos dias 02 e 03 de março e de 06 a 10 de março, foram realizadas reuniões da equipe técnica em Brasília para elaboração de estratégias de construção da proposta.

3.4 DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIAS

3.4.1 Estudos de mercado de trabalho

Encontra-se em fase de concepção a metodologia do Observatório de Demanda da Educação Profissional e Tecnológica, sistema que objetiva estruturar as informações da oferta de educação profissional e tecnológica e do acompanhamento das demandas de capacitação profissional no mundo do trabalho.

Seus objetivos específicos são: articular a educação profissional ao mercado de trabalho e instituições parceiras; acompanhar os programas governamentais de geração de emprego e renda e os arranjos produtivos locais; avaliar os egressos inseridos no mercado de trabalho; criar uma rede de observatórios nas diversas unidades da Federação; desenvolver novos estudos de mercado em setores de atividades econômicas que apresentam dinamismo em relação à capacidade de geração de emprego e renda; acompanhar as mudanças na estrutura da educação profissional em outros países e as tendências mundiais.

E, ainda, com relação ao estudo de mercados de trabalho, têm sido realizadas reuniões internas e semanais das diversas coordenações da SETEC/FNDE/MEC para articulação e estudo das possibilidades de viabilização do Projeto Sintonia na esfera nacional, bem como pesquisa de levantamento de dados (arranjos produtivos, sociais e culturais locais) de algumas regiões brasileiras para subsidiar as ações deste Projeto. A apresentação do texto base do Projeto Sintonia está prevista para o período de 15 a 18 de agosto de 2006, quando será realizada a Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica.

3.4.2 Acompanhamento de egressos

Encontra-se em fase de discussão a metodologia do sistema de acompanhamento de egressos no âmbito do Observatório de Demanda da Educação Profissional e Tecnológica.

O SIPAV levantou, junto às escolas monitoradas pelo PROEP, aquelas que já fazem acompanhamento de egressos e a periodicidade da coleta de informações.

3.5 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Com relação ao desenvolvimento de recursos humanos, foram realizadas atividades de capacitação, atualização e formação continuada para o cumprimento das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Sua meta é de 250 profissionais diretamente capacitados para atuar como multiplicadores do projeto (coordenadores locais).

Tais atividades têm como principais objetivos: atualizar informações e marcos legais referentes às diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana; capacitar professores e gestores para o reconhecimento de manifestações de racismo no âmbito institucional e implementação de ações pedagógicas; avaliar a aplicação da Lei nº 10.639 de 01/2003 e da Resolução CNE/CP/DF nº 01 de 06/2004 nas instituições da rede federal de ensino profissional e tecnológico; e disponibilizar, no sítio do MEC, o material didático produzido.

No primeiro semestre de 2006 foi realizado um seminário interno, com participação da SECAD e de especialistas e representantes dos Conselhos das instituições, para produção de material referencial e metodologia/conteúdo do curso.

Como próximos passos, temos:

- 1°. Avaliação do cumprimento das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas instituições da rede federal de ensino profissional e tecnológico (em andamento);
- 2°. Realização do curso presencial de cinco dias para vivências de conscientização e sensibilização, palestras informativas e instrucionais, vídeos, debates, socialização de experiências implementadas, e pré-planejamento de eventos pedagógicos, de 10 a 16 de setembro próximo em Contagem/MG para 250 professores da rede federal de ensino profissional e tecnológico (em andamento);
- 3°. Disponibilização do resultado referente a material didático, referências e metodologia da oficina na internet;
- 4°. Etapa de acompanhamento e monitoramento: visitas programadas para observação, avaliação e orientação e encontros regionais para intercâmbio de experiências.

3.6 SISTEMA NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Esta ação foi desenvolvida com o auxílio da Comissão Interministerial de Certificação Profissional (CICP), instituída pela Portaria Interministerial nº 24 de 20 de dezembro de 2004. A Comissão Interministerial é composta pelos Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Saúde, do Turismo e pelos Conselhos Nacionais da Educação e do Trabalho. Sua coordenação é exercida alternadamente pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo MEC.

Neste semestre, a Comissão Interministerial encontra-se sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego. Nos últimos meses, tem sido realizado um trabalho de ajuste da proposta governamental de Sistema Nacional de Certificação Profissional (SNCP), a partir das sugestões colhidas durante as audiências públicas realizadas em 2005 e das recomendações da Casa Civil da Presidência da República, para o estabelecimento de um marco regulatório integrado para os processos de certificação profissional no âmbito do governo federal.

3.7 CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A I Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica é resultado de esforços e iniciativas que buscam afirmar cada vez mais o importante papel da Educação Profissional e Tecnológica em nosso país.

Objetivando aproximar os diversos atores sociais envolvidos com esta modalidade de ensino, em 2006 foram realizadas 25 Conferências Estaduais (24 estados + o Distrito Federal), com o objetivo de apresentar subsídios que contribuirão com a formulação das políticas públicas de Educação Profissional, tendo constituído a primeira etapa da Conferência Nacional.

3.8 I JORNADA NACIONAL DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A I Jornada Nacional da Produção Científica em Educação Profissional e Tecnológica foi realizada no período de 26 a 28 de março de 2006 com o objetivo de divulgar a produção e valorizar os esforços e iniciativas de todos os envolvidos com a Educação Profissional e Tecnológica, bem como contribuir para a reflexão do tema, que vem ganhando importância na agenda nacional da educação.

Durante a Jornada foram apresentados trabalhos referentes a projetos em andamento, pesquisas concluídas e demais produções de caráter científico e tecnológico realizados nas instituições de educação profissional e tecnológica, e sobre essa modalidade de educação. O evento contou com cerca de 800 participantes e foi composto por sete modalidades de apresentação e discussão de trabalhos, sendo:

- a) conferências, mini conferências, mesas redondas e painéis: com participação de 36 palestrantes convidados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/FNDE/MEC;
- b) mostra de projetos discentes: apresentação de 41 projetos para discentes das instituições federais de educação tecnológica;
- c) comunicação oral e pôster: abertos para a inscrição e apresentação de trabalhos de estudantes, docentes e pesquisadores da EPT. No total foram apresentadas 201 comunicações orais e 209 pôsteres.

Paralelamente à Jornada foi realizado um Simpósio Nacional sobre Universidade Tecnológica, e encontra-se em fase de conclusão a organização da versão final do CD com os trabalhos completos apresentados na Jornada.

4. SUBPROGRAMA B



PLANOS ESTADUAIS E PROJETOS ESCOLARES

O Subprograma B – Planos Estaduais e Projetos Escolares financia projetos de investimento nos estados e nas escolas, com base em planos estaduais e projetos escolares.

O Plano Estadual de Educação Profissional é um plano estratégico realizado de maneira participativa, com os diversos atores do setor, para definir o desenvolvimento da educação profissional em um estado de acordo com a legislação atual e as diretrizes da política nacional e do PROEP. Abrange as necessidades de mudanças na legislação, de fortalecimento ou criação de órgãos normativos e gestores, com as funções de apoiar, coordenar, monitorar, avaliar e informar ao público sobre o sistema de educação profissional e, ainda, as necessidades de formação profissional e de expansão ou criação de centros profissionais.

O financiamento da implementação deste plano e dos projetos escolares permite o fortalecimento da gestão da educação profissional, a identificação de áreas de formação, a implantação de um novo modelo técnico-pedagógico e de recursos humanos. Compreende, ainda, a aquisição de laboratórios de aprendizagem, equipamentos, material de ensino-aprendizagem, consultorias e capacitações.

Já o Plano da Escola (Projetos Escolares) é um plano estratégico realizado de maneira participativa, com o objetivo de definir um projeto de Centro de Educação Profissional com propostas organizacionais e técnico-pedagógicas ajustadas à legislação atual e aos requisitos do PROEP.

Até o momento, 260 Projetos Escolares e 27 Planos Estaduais já foram financiados por meio de 303 convênios de investimentos nos estados e nas escolas, permitindo o fortalecimento da gestão da educação profissional, a identificação de áreas de formação, a implantação de um novo modelo técnico-pedagógico e de recursos humanos, a ampliação e reforma de escolas existentes no segmento federal, estadual e comunitário, e/ou criação de novos centros.

A partir do financiamento destes Projetos Escolares, foram implantados 260 Centros de Educação Profissional - CEP's com capacidade plena de oferta de cursos, sendo 286.765 vagas de curso técnico, 34.926 vagas de curso tecnológico e 1.038.485 vagas em cursos básicos, a serem ofertados nas seguintes áreas profissionais: Agropecuária (88); Artes (08); Comércio (22); Comunicação (10); Construção Civil (55); Design (12); Geomática

(09); Gestão (98); Imagem Pessoal (10); Indústria (129); Informática (127); Lazer e Des. Social (09); Meio Ambiente (48); Mineração (10); Química (36); Rec. Pesqueiros (07); Saúde (95); Telecomunicações (43); Transportes (10); e T. Hospitalidade (76).

No presente Relatório, apresentamos os aspectos orçamentários e financeiros do Subprograma B no que diz respeito à situação das ações e convênios firmados para o Desenvolvimento e Implantação de Planos Estaduais de Educação Profissional, Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional e, ainda, para o Projeto Escola de Fábrica.

5. REGULARIZAÇÃO DOS PROCESSOS E EXECUÇÃO FÍSICA

Em 2006 foi dada continuidade à regularização dos processos do PROEP, a partir de uma profunda análise da habilitação dos convênios, projeto, formalização, execução financeira, alterações e termos aditivos, comprovações de gastos, prestações de contas, registros nos sistemas de informação, dentre outros, buscando o desenvolvimento de ações para reordenamento e resolução dos problemas e pendências.

Nos anos anteriores foi observado um descrédito na execução do Programa. Entretanto, a partir da identificação e diagnóstico dos entraves na execução do PROEP, bem como adoção de medidas corretivas, relacionadas a seguir, foi restabelecido o relacionamento e a confiança por parte das entidades convenientes.

O foco do trabalho implementado na gestão do PROEP, no primeiro semestre de 2006, teve como principais resultados:

1. Instituição e encaminhamento ao BID de relatórios mensais que demonstram a execução físico-financeira dos convênios, como também apontam a necessidade de intervenções mais específicas, tanto no âmbito interno quanto nas instituições convenientes, mantendo constante monitoramento sobre as metas de encerramento de convênios em execução;
2. Plano de Ação (Plano de Metas), Relatórios de Progresso e demais informações requisitadas encaminhadas ao Banco, resultando no cumprimento de cláusulas pendentes junto ao Banco;
3. Regularização dos processos de convênio ainda em fase de instrução e atendimento pró-ativo dos convênios e projetos problemáticos, segundo a classificação de pendências apontadas nos relatórios de auditoria realizadas pelos órgãos de controle interno e externo – TCU e SFC/CGU;
4. Ação pró-ativa para manter a regularidade e controle da situação de habilitação e vigência dos convênios;
5. Padronização na forma e metodologia de análise técnica dos projetos, a partir da elaboração de checklists dos itens a serem analisados;
6. Estabelecimento de prazos tanto para análise técnica dos projetos pelas equipes internas, quanto para o retorno das diligências solicitadas às entidades convenientes;
7. Envio de pessoal em missões externas para realizar a capacitação sobre a utilização do sistema AFINNET e instruir com relação aos procedimentos e processo de prestação de contas, nas instituições conveniadas de todos os estados, deixando no local manual de procedimentos para serem aproveitados pelas gestões subsequentes;

8. Realização do Encontro Nacional do PROEP em março de 2006, evento de âmbito nacional com a participação de vários convenientes, caracterizando-se por sua natureza operacional e de atendimento institucional;

9. Reforço da equipe gerencial e técnica do PROEP (recomposição da força-tarefa) a partir da contratação e capacitação em serviço de número maior de técnicos especialistas na modalidade de consultoria por produto, a saber:

- 15 consultores especialistas em projetos de missão interna e especialistas jurídicos, para atendimento das demandas de regularização dos processos, execução orçamentária, financeira e prestação de contas;
- 03 consultores especialistas em projetos de missão de controle, para registros dos PEC's dos convênios de 2005, planejamento e controle de viagens e sistemas de informações, e comprovação de gastos;
- 37 consultores especialistas em projetos de missão externa, especialistas em infraestrutura, especialistas em equipamentos, especialistas jurídicos e especialistas pedagógicos para retomada do fluxo de comunicação, atendimento das demandas de aprovação de processos licitatórios, publicação e contratação dos bens e serviços, e medições de obras;
- 07 consultores especialistas em licitação para atendimento das demandas;
- 02 consultores especialistas jurídicos e especialista em projetos para atendimento das demandas;
- 10 consultores especialistas em inspeção e monitoramento para atendimento das demandas;
- 01 consultor especialista de planejamento, coordenação e avaliação dos eventos do PROEP 2006, compreendendo um encontro técnico nacional e encontros técnicos de capacitação regional;
- 02 consultores especialistas do plano de investimentos e resultados de execução;
- 01 consultor especialista de mapeamento dos fluxos operacionais, procedimentos internos e elaboração de instruções de trabalho.

10. Reorganização da estrutura operacional (organograma) do PROEP e de sua equipe, a partir da transformação das quatro gerências antes existentes em duas, resultando em uma maior concentração de esforços e efetividade na execução das tarefas.

Tendo em vista a proximidade do encerramento da vigência do contrato de empréstimo com o BID, e a ausência, em anos anteriores, de monitoramento regular dos convênios celebrados e Centros de Educação Profissional (CEP's), foi identificada a necessidade urgente de se promover uma inspeção em todos eles, no sentido de avaliar sua execução quanto aos aspectos físico e financeiro, e também uma revisão com vistas à finalização e encerramento de cada convênio.

Em razão desta necessidade, a partir do mês de junho de 2006 deu-se início a um trabalho de criação de metodologia para realização de verificações “in loco” (inspeções), as quais visarão revisar os procedimentos adotados pelos convenientes e certificar a efetiva e regular aplicação dos recursos em função do Plano de Trabalho aprovado, bem como promover ações para corrigir possíveis irregularidades durante a execução dos convênios.

Neste sentido, e objetivando intensificar a atuação externa da equipe técnica, foi publicado edital para contratação de mais consultores na modalidade produto para compor, no segundo semestre de 2006, uma equipe de inspeção e monitoramento para avaliação, revisão, finalização e encerramento dos convênios do PROEP.

Apesar de o Programa ter apresentado mais aspectos positivos do que negativos em sua execução, a partir de uma auto-análise crítica, identificamos a existência de determinados fatores internos e externos que incidiram no seu desempenho no primeiro semestre de 2006, a saber:

- Problemas na ponta e dificuldades na execução por parte das entidades conveniadas, as quais contam com equipes técnicas despreparadas e com grande rotatividade de recursos humanos;
- Falta de comunicação eficiente entre SETEC e PROEP;
- Atraso na liberação do orçamento em razão da demora na aprovação da LOA/2006;
- Contingência de prazo para liberação de recursos para os estados e o DF.

Em razão da proximidade dos prazos finais para comprometimento de recursos e comprovação de gastos, todos os esforços têm sido envidados no sentido de se implementar medidas corretivas para os problemas identificados, especialmente no que diz respeito à execução dos convênios. A partir da reorganização e reforço da equipe técnica do PROEP estima-se que, até o final do ano, todas as pendências serão solucionadas.

5.1 PLANEJAMENTO E CONTROLE DE VIAGENS

Pela característica de execução do Programa nos anos anteriores percebeu-se que os deslocamentos em missões externas eram realizados de forma desconexa do objeto ou das ações que envolviam todas as demandas do convênio. Em geral, um especialista engenheiro, a título de exemplo, autonomamente e, portanto, sem uma visão gerencial, decidia onde, como, quando e quais seriam suas atividades durante sua missão.

Sendo assim, no primeiro semestre de 2006, foi desenvolvido e implementado um sistema de planejamento e controle de viagens no Sistema de Informações Gerencial – SIG que permite orientar todo o processo de deslocamento das equipes de especialistas de projetos em ações de missão externa junto às entidades convenentes, priorizando as que apresentem maior demanda de soluções nos aspectos de prestações de contas, saldo disponível na ponta, habilitação, vigência de convênios e baixa comprovação de gastos.

A partir da implementação de um plano de missão externa devidamente monitorado, tem sido possível garantir o foco das ações nos convênios de maior demanda, bem como avaliar com indicadores a relação custo x benefício das missões externas.

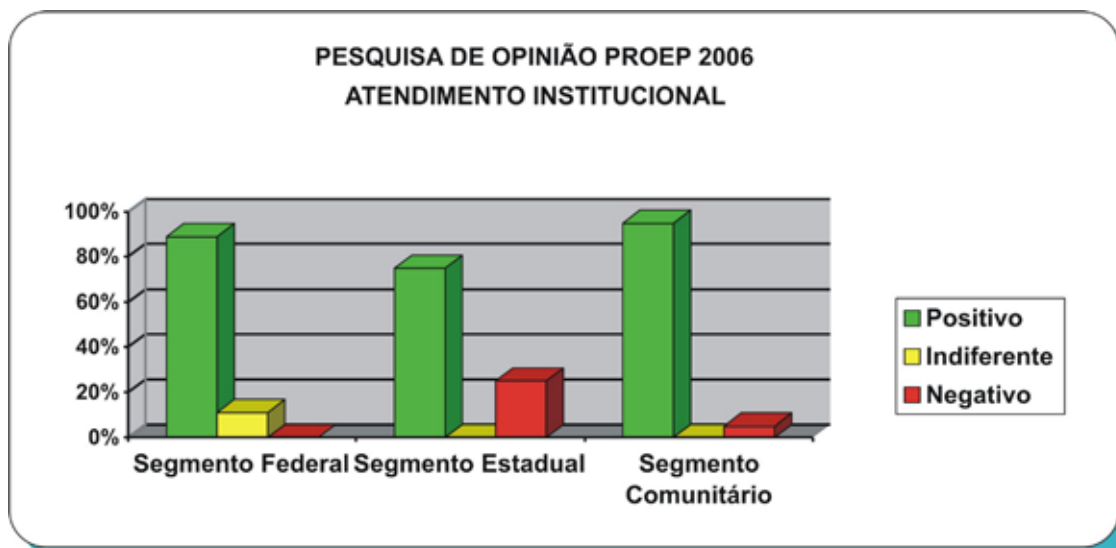
5.2 RETOMADA DO FLUXO DE COMUNICAÇÃO

Em fevereiro de 2005 a gestão do PROEP, bem como sua parte operacional, foi transferida para o FNDE. Devido à existência de um hiato de contato “em aberto”, fez-se necessário um encontro entre as partes para apresentação das novas orientações, da sistemática de funcionamento e gestão do FNDE.

Assim, em março de 2006, foi realizado o Encontro Nacional do PROEP, evento que contou com a participação de vários convenentes e de toda a equipe do PROEP e parte da equipe do FNDE, visando agilizar processos e soluções práticas, e se caracterizando por sua natureza operacional e de atendimento institucional, com solução de pendências visando à finalização dos processos do Programa.

Ao longo do Encontro foi realizada uma série de palestras a respeito da execução operacional do PROEP, envolvendo os seguintes temas: orçamento, finanças, comprovação de gastos e sistema AFINNET, prestação de contas, área pedagógica, de equipamentos, infra-estrutura, licitações e sobre pregão eletrônico. Diversas entidades conveniadas apresentaram relatos de experiências e participaram com stands expositores no evento.

As ações institucionais desenvolvidas durante o Encontro, bem como o atendimento institucional prestado cotidianamente aos convenentes pelas diversas gerências do Programa, foram objeto da Pesquisa de Opinião PROEP 2006 e da Avaliação do Encontro Nacional do PROEP.



Dois questionários foram elaborados, sendo respondidos 171 da Pesquisa de Opinião e 147 da Avaliação do Encontro Nacional, e seus resultados foram aproveitados de forma a identificar os pontos positivos e negativos, visando reparar estes últimos.

O Encontro Nacional do PROEP significou, principalmente, um momento de reencontro com as escolas e convenentes. Neste sentido, no que diz respeito ao atendimento institucional prestado pelas gerências executoras do PROEP ao longo do Encontro, os convenentes apontaram que 96% delas tiveram interesse em resolver problemas, 95% em propor soluções e 96% foram receptivas no atendimento. A seguir, apresentamos o resultado dos demais aspectos envolvidos na Pesquisa de Opinião PROEP 2006:

- tempo de retorno nas informações solicitadas ao PROEP: 60% dos convenentes o consideraram positivo, 31,5% consideraram negativo, sendo estes das 1ª e 3ª Regiões do Segmento Estadual;
- informações sobre equipamentos: 66% dos convenentes consideraram positivas, contra 33% da 3ª Região do Segmento Comunitário;
- informações sobre infra-estrutura: tiveram um índice positivo de 70% em todos os segmentos. 38% dos convenentes da 3ª Região, dos Segmentos Estadual e Federal, consideraram as informações regulares, já 36% da 4ª Região do Segmento Federal consideraram negativas as informações;
- informações sobre licitações: 70% dos convenentes de todos os segmentos consideraram as informações positivas. 40% da 1ª Região, do Segmento Estadual, consideraram as informações negativas, e 36% (3ª Região, Segmentos Comunitário e Estadual) regulares;
- informações sobre prestações de contas: foram consideradas positivas por 56%

- dos convenientes, em todos os segmentos. Porém, 40% dos convenientes da 1ª Região, dos Segmentos Estadual e Federal, consideraram as informações negativas;
- informações pedagógicas: 65% dos convenientes consideraram positivas e 25% consideraram regulares;
 - atendimento telefônico prestado pelas regiões do PROEP aos convenientes: foi considerado positivo por 57% dos convenientes. Porém, foi considerado negativo por 67% dos convenientes da 3ª Região, do Segmento Comunitário; 13% da 3ª Região, Segmento Federal; 19% da 3ª Região, Segmento Estadual; e 20% da 1ª Região, Segmento Federal;
 - atendimento por e-mail: foi considerado positivo por 72% dos convenientes de todos os segmentos e negativo por 50% dos convenientes da 3ª Região do Segmento Comunitário;
 - atendimento pessoal: foi considerado positivo por 85% dos convenientes de todos os segmentos. 29% da 4ª Região, dos Segmentos Estadual e Federal, consideraram o atendimento negativo;
 - encaminhamento de processos licitatórios: 52% dos convenientes consideraram positivo, contra 43% da 3ª Região, do Segmento Estadual, que consideraram negativo;
 - agilidade na liberação de recursos: foi considerada positiva por 35% dos convenientes de todos os segmentos. Já 30% consideraram regular e 27% negativo, principalmente nos Segmentos Estadual e Federal;
 - análise e pareceres das prestações de conta: 35% dos convenientes consideraram positivos. 31% convenientes de todos os segmentos consideraram regulares, na sua maioria da 3ª Região, do Segmento Comunitário. 20% consideraram negativos, em sua maioria do Segmento Estadual;
 - supervisão das obras pela equipe de engenharia do PROEP: 46% dos convenientes de todos os segmentos consideraram a ação positiva, contra 24% convenientes da 3ª Região, do Segmento Estadual;
 - informações sobre normas e procedimentos do PROEP: 62% dos convenientes de todos os segmentos consideraram positivas, mas 24% consideraram negativas. Destes, a maioria é do Segmento Federal;
 - revisão e atualização dos Projetos Estratégicos da Escola (PEC): 48% dos convenientes de todos os segmentos consideraram a ação positiva. 30% consideraram negativa, na sua maioria do Segmento Estadual.

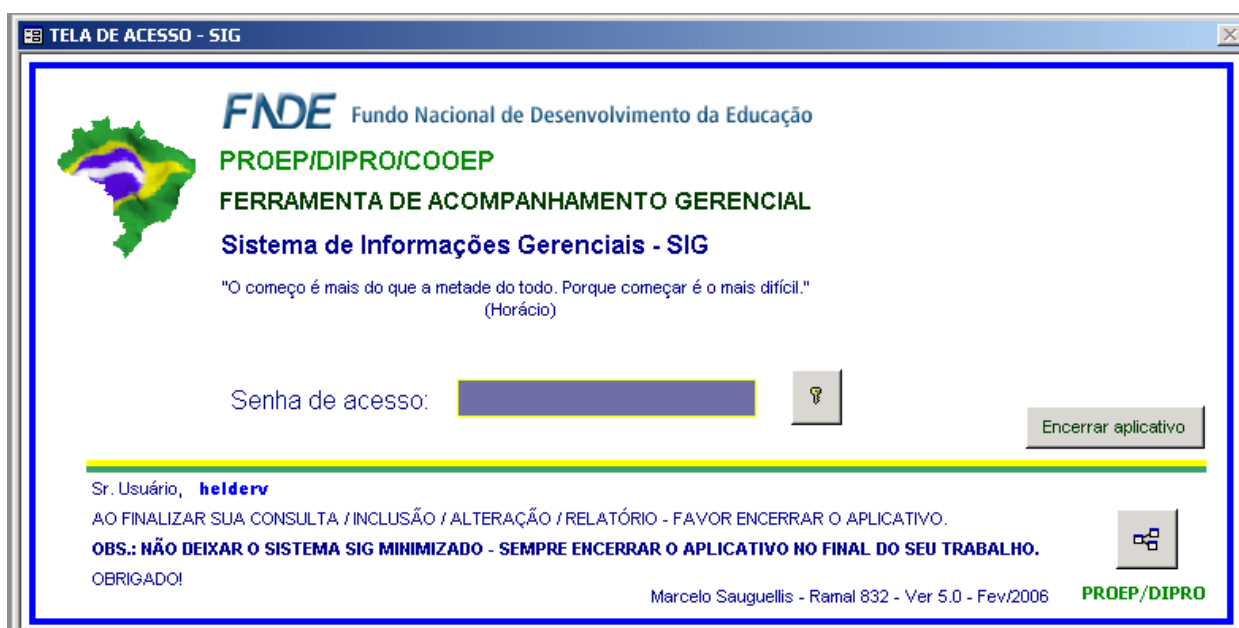
5.3 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Em anos anteriores, a falta de informação gerencial sobre os aspectos mais relevantes da execução do Programa foi uma constante no PROEP. Informações fragmentadas, concentração de dados por cada gerência e sistemas de informações desconexos eram alguns dos entraves que impediam uma avaliação das questões no sentido macro, comprometendo o estratégico, o tático e o operacional.

Em razão desta atuação segmentada sem um gerenciamento macro, e visando reverter tal quadro, no primeiro semestre de 2006 foram adotadas as seguintes providências:

- a) Levantamento de todos os controles e demandas de informação para as operações do Programa, compreendendo análises dos sistemas SAFI, SAEF, SISCONV, SÍNTESE, MSPROJECT e ACCESS, além de todas as planilhas existentes para os controles individuais dos gerentes das regiões e oficiais de projeto;
- b) Ampliação do uso pelo PROEP do sistema unificado de monitoramento de convênios do FNDE, com a inserção de 303 convênios no SAPE;
- c) Desenvolvimento e implementação do Sistema de Informações Gerencial – SIG, a partir das orientações macro da política de TI do FNDE, possibilitando o processamento das informações gerais do Programa por meio de uma única base de dados, a integração de todas as bases dos sistemas e suprimindo as demandas de execução;

SISTEMA SIG (Tela Inicial)



d) Implementação do AFINNET que possibilitou, sobretudo no aspecto das informações financeiras, facilidade e agilidade no retorno dos dados de comprometimento de recursos, comprovação de gastos e na execução do Programa pelo convenente;

e) Envio antecipado dos dados de comprovação de gastos pelos convenentes, via Sistema AFINNET/SAEF.

A utilização do sistema AFINNET foi instituída a partir da Portaria nº 69 de 14 de março de 2006, assinada pela presidência do FNDE. O sistema caracteriza-se por ser uma solução web que possibilita, sobretudo no aspecto das informações financeiras, facilidade e agilidade no retorno dos dados de comprometimento de recursos, comprovação de gastos e execução do convênio pelo convenente.

A partir de março de 2006 foi realizada uma missão em todos os estados para capacitação dos convenentes e seus representantes quanto à utilização do sistema.

Apesar de, nos anos anteriores, ter sido instituído o uso do sistema AFIN, nesta nova versão foi disponibilizada uma rotina de sincronia com o banco de dados do PROEP, possibilitando a troca de informações entre convenente e concedente, de forma a agilizar o processo de comunicação e monitoramento do convênio. Este sistema representa grande ajuda nos processos de prestação de contas e comprovação de gastos pois, através dele, será gerada a maioria dos relatórios determinados através da Instrução Normativa IN nº 01/97 STN, o quais serão enviados eletronicamente para o banco de dados do PROEP, visando sua validação.

SISTEMA AFINNET (Tela Inicial)

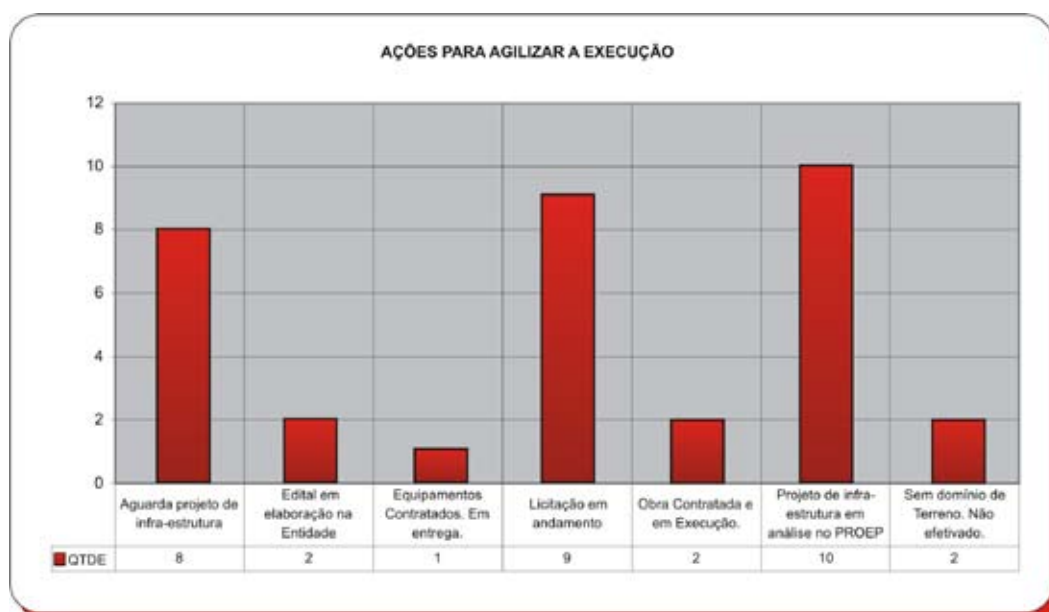
CADASTRO DE CONVÊNIOS					
MENU	Nº do Convênio	C132/99	Nº de Aditivos	6	
PARCELA	Dados do Convênio				
EXEC.FÍSICA	Executor	FUND. CULT. EDUC. TEC. FRANCISCO BELTRÃO/PR	C.N.P.J.	03.292.276/0001-89	
CONTRATO	Vigência	20/12/1999 a 28/02/2005			
DESEMBOLSO	Esfera	<input type="radio"/> Estadual <input type="radio"/> Federal <input checked="" type="radio"/> Seg. Comunitário			
RECEBIMENTOS	Dados Bancários				
DESPESA	Banco	001	Agência	0616-5	
APLICAÇÃO	Conta	6.106-9	Praça	FCO. BELTRAO	
RELATÓRIOS	Valores por Categoria				
AFINNET	3.1 Obras e Instalações.	1.179.917,16	3.4 Serv. Consultoria.....	20.480,00	
	3.2 Equip. e Mobiliários.	723.688,00	3.5 Serv. Especializados	4.000,00	
	3.3 Capacitação.....		Total Conveniado.....	1.928.085,16	
RECEBIDO	1.928.085,16	COMPROVADO	1.845.951,04	DEVOLVIDO	0,00
A RECEBER	0,00	A COMPROVAR	106.096,15	APLICADO	23.962,03
INCLUIR	ALTERAR	EXCLUIR	SAIR		
Último envio para o PROEP ocorreu em 10 de fevereiro de 2006 às 10:47					

Além do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, administrado pela STN, destinado a emissão e registro dos documentos de movimentação orçamentária e financeira da União, e do sistema AFINNET, o Programa conta também com um sistema específico, o Sistema de Administração Financeira – SAFI no qual, mediante a inclusão dos dados relativos às suas operações, são agregadas as informações necessárias para realizar análises e acompanhamento de todas as operações envolvendo os recursos recebidos, as transferências efetivadas, os gastos realizados, assim como para gerar relatórios gerenciais e de solicitação de desembolso.

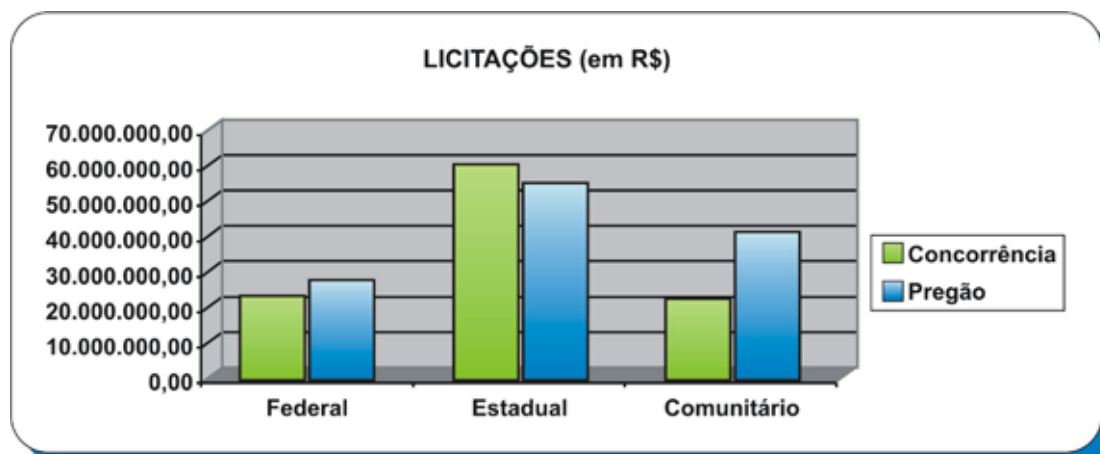
5.4 LICITAÇÕES E PREGÕES

Os processos licitatórios compreendem a aprovação, publicação e contratação de bens e serviços. A atual gestão do PROEP, ao tempo que apresenta uma certa restrição quanto aos procedimentos de aprovação de processos licitatórios, entende que esta é uma prática que se realiza desde o início do Programa e que uma mudança (radical) neste fluxo, neste momento de finalização do Projeto, poderia reverter em mais prejuízos do que benefícios na sua execução.

Sabe-se da histórica dificuldade das instituições, sobretudo do segmento comunitário, em realizar suas licitações segundo as normas e legislação aplicadas, principalmente as do BID. Neste sentido, foi intensificado o processo de assistência técnica aos convenientes no atendimento de suas demandas com relação aos processos licitatórios, envolvendo: auxílio na revisão dos PEC's, análise de adequação aos PEC's, elaboração dos termos de referência, especificação técnica de equipamentos, planilhas de obras, elaboração e aprovação de editais, bem como o monitoramento de sua publicação, realização e contratação dos bens e serviços deles decorrentes.



E, ainda, considerando o alto volume de certames licitatórios a serem realizados até o final do ano, envolvendo, em sua maioria, um grande número de equipamentos e serviços a licitar, no primeiro semestre de 2006 foi instituído o uso do Pregão Eletrônico, com a contratação de equipes de pregoeiros e capacitação de pessoal nas instituições convenientes para a realização dos pregões.



Esta modalidade proporcionou maior agilidade e tem superado o total de certames realizados na modalidade Concorrência, conforme ilustrado no gráfico. O Pregão Eletrônico, hoje, já é adotado em todos os processos de licitação nos segmentos, compreendendo as seguintes metas:

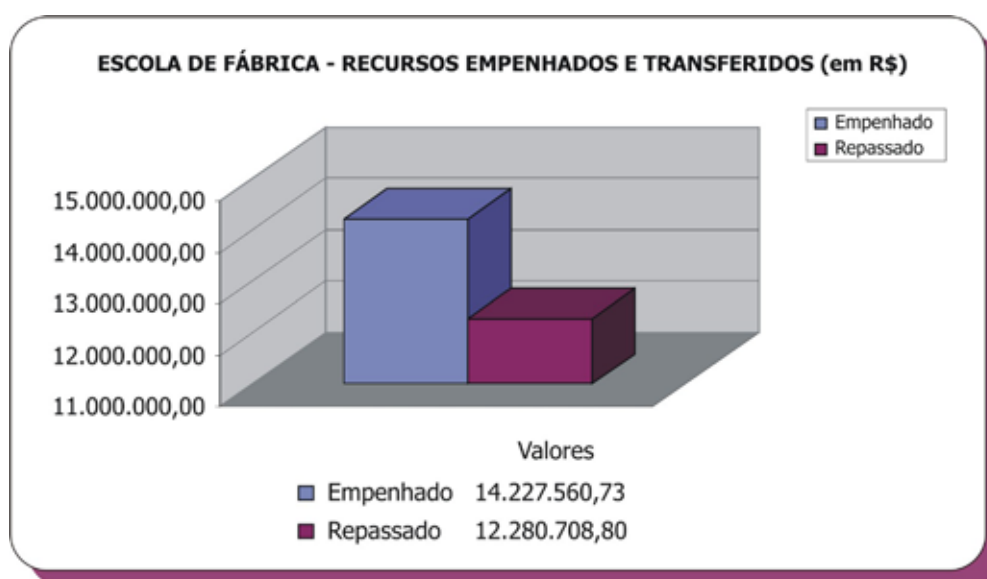
- no segmento federal: monitoramento e realização das licitações, já que o governo federal dispõe do sistema ComprasNet e de servidores qualificados na condução de certames licitatórios (pregoeiros), compreendendo R\$ 23,6 milhões em Concorrência e R\$ 28,32 milhões em Pregões, viabilizadas em 63 unidades do CEFET e EAF;
- no segmento estadual: orientação, apoio e monitoramento da realização de suas licitações, compreendendo R\$ 61,36 milhões em Concorrência e R\$ 56,64 milhões em Pregões, viabilizadas em 134 estados;
- no segmento comunitário: realização de suas licitações, compreendendo R\$ 23,6 milhões em Concorrência e R\$ 42,48 milhões em Pregões, viabilizadas nas cidades com mais de 106 entidades.

Visando agilizar os procedimentos licitatórios em todos os segmentos, foram também estabelecidos prazos para análise de termos de referência, planilhas de especificação técnica e das diligências solicitadas e adotadas.

5.5 SUPORTE AO PROJETO ESCOLA DE FÁBRICA

O Projeto Escola de Fábrica foi instituído pela Lei nº 11.180 de 23 de setembro de 2005 e tem a finalidade de ampliar as possibilidades de formação profissional básica, favorecendo o ingresso de estudantes de baixa renda no mercado de trabalho, e beneficiando aproximadamente 11.500 jovens de 16 a 24 anos em 17 estados do país.

Em 2005, por meio da Ação 7109 – Expansão da Educação Profissional, foi viabilizada a execução do Projeto Escola de Fábrica com a utilização de 53% da dotação orçamentária disponível (R\$ 28 milhões), transferência de 80% dos recursos empenhados (R\$ 12,2 milhões), resultando no atendimento de, aproximadamente, 11.500 alunos.



Para o exercício de 2006, o orçamento do Projeto Escola de Fábrica foi aprovado no valor de R\$ 64 milhões. Este montante representa um incremento de 129% em relação ao orçamento do ano anterior.

Visando otimizar a execução orçamentária, no segundo trimestre do ano foi efetuada uma reprogramação a partir da adequação dos limites orçamentários ao quantitativo de projetos aprovados, que ficou abaixo do estimado. O montante inicialmente concedido foi reduzido para R\$ 39 milhões, o que resultou em um contingenciamento de 40%.

O quadro a seguir demonstra a programação orçamentária e financeira em relação aos projetos aprovados no primeiro trimestre de 2006, evidenciando a distribuição dos recursos e Projetos Apoiados entre as Regiões e Estados:

Região / Estado	Valor Convênio	Valor Bolsa	Gestoras Apoiadas	Projetos Apoiados
Norte	1.725.000	1.134.000	19	63
Acre	330.000	198.000	2	11
Amazônia	30.000	18.000	1	1
Pará	870.000	576.000	12	32
Rondônia	465.000	324.000	3	18
Tocantins	30.000	18.000	1	1
Nordeste	5.550.000	3.636.000	81	202
Alagoas	510.000	306.000	9	17
Bahia	1.215.000	846.000	12	47
Ceará	1.410.000	864.000	21	48
Maranhão	615.000	378.000	8	21
Paraíba	840.000	504.000	19	28
Pernambuco	840.000	666.000	9	37
R.Grande do Norte	60.000	36.000	1	2
Sergipe	60.000	36.000	2	2
Sudeste	2.925.000	2.106.000	43	117
Espírito Santo	60.000	36.000	2	2
Minas Gerais	945.000	774.000	13	43
Rio de Janeiro	240.000	252.000	3	14
São Paulo	1.680.000	1.044.000	25	58
Sul	4.560.000	2.988.000	39	166
Paraná	735.000	558.000	8	26
R.Grande do Sul	2.805.000	432.000	24	108
Santa Catarina	1.020.000	126.000	7	32
Centro Oeste	1.245.000	738.000	14	41
Distrito Federal	30.000	18.000	1	1
Goiás	150.000	90.000	2	5
Mato Grosso	120.000	72.000	3	4
M.Grosso do Sul	945.000	558.000	8	31
Apoio a Projetos	16.005.000	10.602.000	196	590

Em 2006 foram aprovados projetos de 196 gestoras com 590 cursos em 23 Estados e no Distrito Federal, e estimativa de atendimento de doze mil jovens. Deste total, 93 gestoras são representantes do segmento público, sendo 2% da Esfera Federal, 2% da Estadual e 96% são Prefeituras.

Além dos projetos aprovados, acima mencionados, o Projeto Escola de Fábrica firmou Termo de Cooperação com seis empresas estatais, cujo objeto é a ampliar o alcance do Projeto, inclusive com repasse de bolsa-auxílio para 1.200 jovens. Essa ação é resultado da atuação do Projeto no Fórum das Estatais pela Educação cujo objetivo é a execução, de forma participativa e consensual, de uma política educacional voltada para a inclusão e a justiça social.

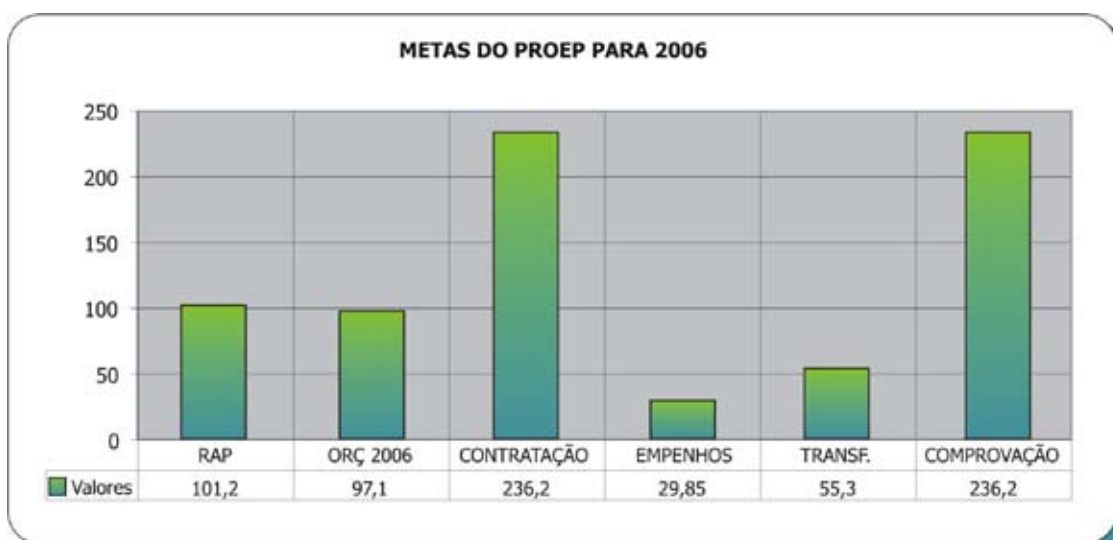
Com referência à Capacitação Técnica, foram realizadas 9 Oficinas em março, com o intuito de capacitar técnicos responsáveis pela confecção dos Planos de Trabalho Aplicados – PTA's dos projetos aprovados, quanto aos procedimentos exigidos para a elaboração dos mesmos. Nas oficinas foi apresentado aos participantes o SAPENET, sistema criado pelo FNDE para auxílio no planejamento das ações a serem executadas e preenchimento dos anexos que compõem o Plano de Trabalho.

Através da ação de suporte ao Programa Escola de Fábrica, até o final do ano de 2006 está previsto o atendimento e profissionalização de 30 mil alunos, 18.500 alunos a mais do que no ano de 2005, garantindo, assim, a formação profissional inicial de jovens de famílias com renda “per capita” de até 1,5 salário mínimo.

6. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA

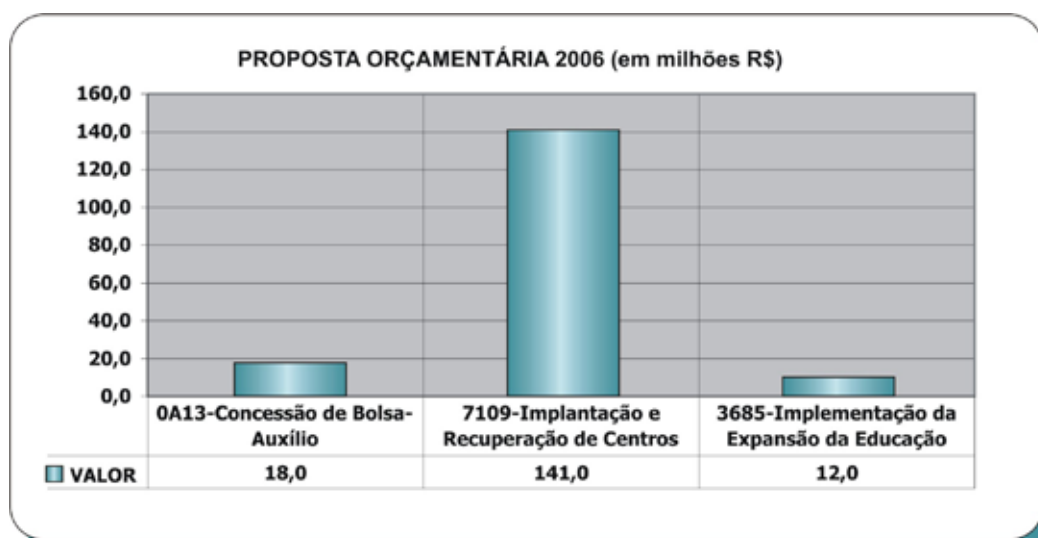


As metas estabelecidas para o PROEP, relativas à execução orçamentário-financeira, a serem cumpridas até o final de 2006, estão ilustradas no gráfico abaixo e, a seguir, apresentamos um rol das ações implementadas no primeiro semestre deste ano, sua situação e resultados alcançados.

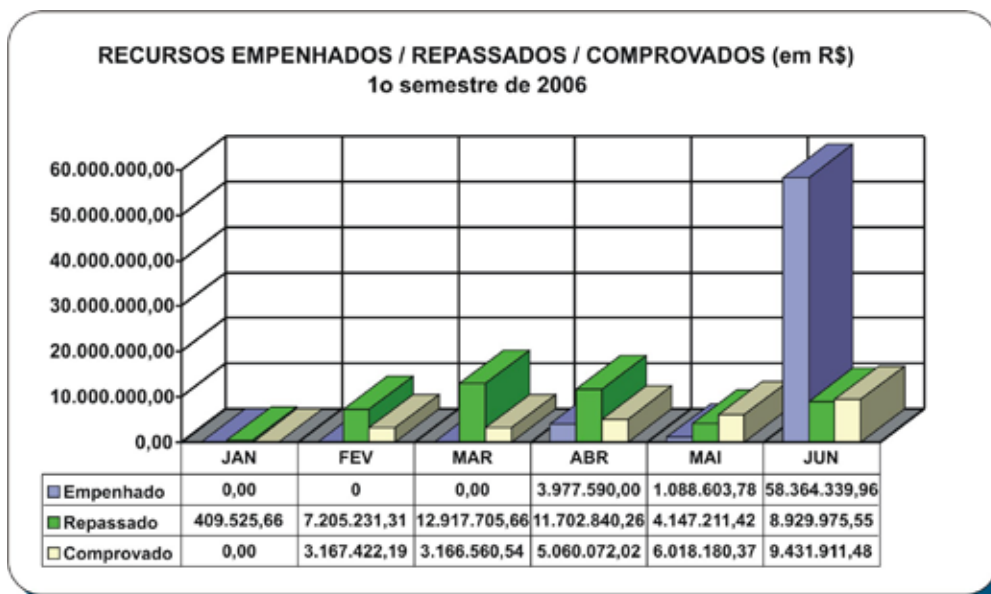


Enquanto que, em 2005, as principais metas do PROEP foram a liquidação dos recursos inscritos em restos a pagar com pendências desde 2002 e a transferência do orçamento, no primeiro semestre de 2006 o foco do trabalho foi direcionado para a garantia da execução orçamentária e da execução física.

Os recursos previstos na proposta orçamentária para 2006 estão distribuídos entre as seguintes ações do PROEP:

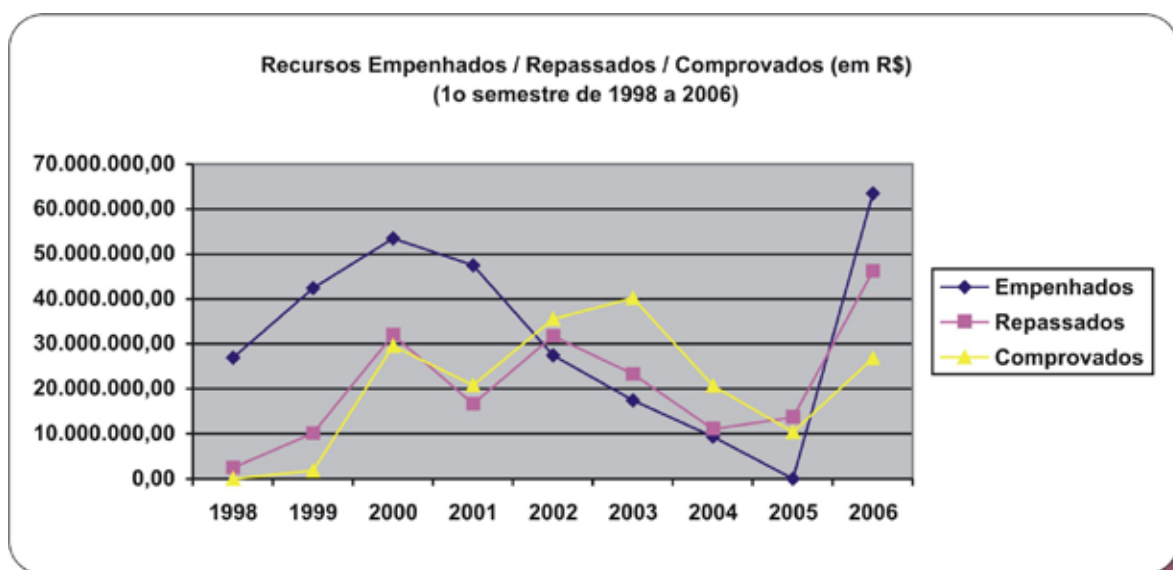


Devido ao atraso na liberação do orçamento para este ano, com publicação da Lei Orçamentária Anual – LOA/2006 em meados de maio, o comprometimento de recursos no início do ano ficou prejudicado. Deste modo, pode ser observado um elevado crescimento no montante de recursos empenhados somente a partir do mês de junho, conforme o gráfico a seguir:



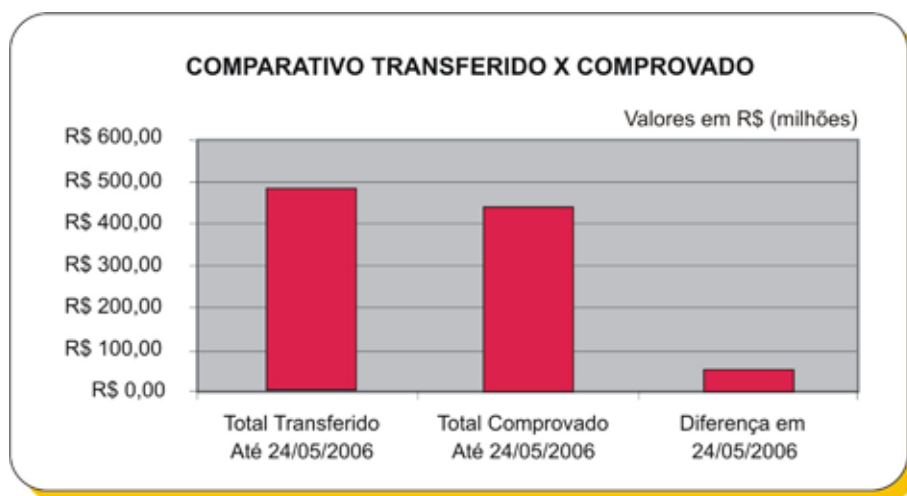
No primeiro semestre de 2006 houve a aplicação da dotação de R\$ 45 milhões em transferências financeiras (repasses) para as entidades conveniadas. Foi dada prioridade à execução orçamentária, com a realização de empenhos no valor total de R\$ 63,4 milhões, observando-se no mês de junho a melhor performance, chegando à casa de R\$ 58,3 milhões.

Com a retomada do Programa, a execução orçamentário-financeira teve seu desempenho otimizado em termos de alocação orçamentária, comprometimento de recursos e comprovação de gastos para as entidades conveniadas.



Como demonstrado no gráfico acima, que retrata a situação orçamentário-financeira do Programa nos primeiros semestres dos anos de 1998 a 2006, pode-se observar um significativo aumento no numerário de recursos empenhados e transferências financeiras realizadas neste ano. Nunca, em toda a história do PROEP, foram alcançadas tais marcas em termos de execução no primeiro semestre de um exercício, como ocorreu de janeiro a junho de 2006.

Observou-se, também, que a comprovação de gastos recebeu um forte impulso já no primeiro semestre, não restando dúvida de que, até o final do ano, será atingida a melhor marca, que foi a alcançada em 2003.



Em 2005 foi zerado o saldo do fundo rotativo de US\$ 3,927 – existente em 1998 – e, de dezembro de 2005 a junho de 2006, foram comprovados mais US\$ 5 milhões, alcançando a marca de US\$ 193,2 milhões de desembolsos de despesas, sendo US\$ 98,9 milhões com recursos do financiamento do BID e US\$ 94,3 milhões com recursos da contrapartida local, conforme demonstrado no Quadro IV:

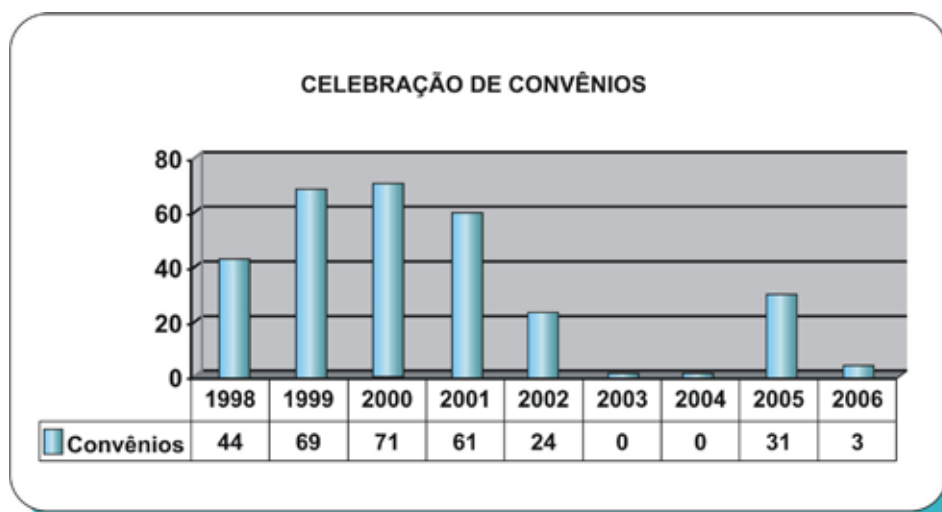
QUADRO IV – DEMONSTRATIVO DE DESEMBOLSO (em US\$)

ORIGEM DOS RECURSOS	VALOR DO CONTRATO	DESEMBOLSADO ATÉ 06/2006	SALDO DO CONTRATO
BID	156,0	98,9	57,1
CONTRAPARTIDA	156,0	94,3	61,7
TOTAL	312,0	193,2	118,8

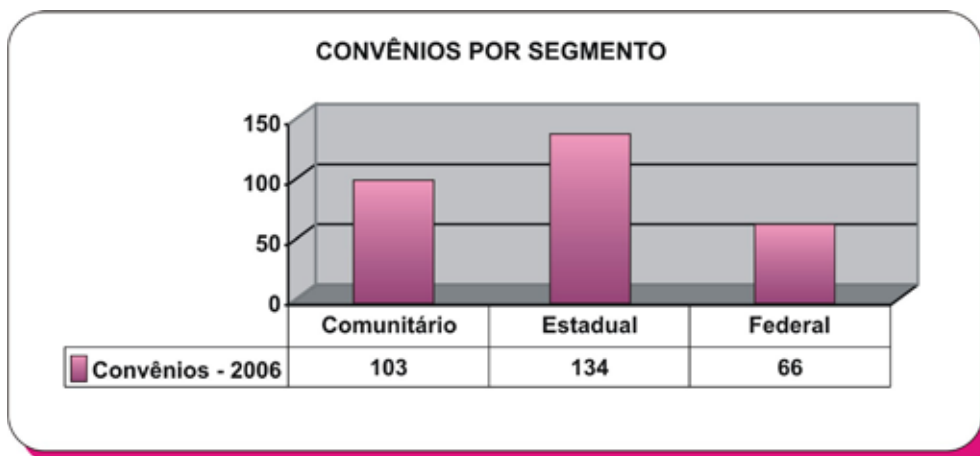
A meta de comprovação e desembolso de US\$ 1,4 milhão de dólares por mês tem sido cumprida, com o encaminhamento, de janeiro a junho de 2006, de seis solicitações de desembolso das Comprovações de Gastos de n°s 70 a 75. Portanto, os resultados do excelente desempenho da execução orçamentária e da transferência financeira serão colhidos nas comprovações de gastos a partir do final deste primeiro semestre em diante, quando se espera que as solicitações de desembolso sejam encaminhadas semanalmente.

6.1 STATUS DOS CONVÊNIOS DO PROEP

Após a análise da viabilidade operacional e da sustentabilidade, no primeiro semestre de 2006 foram assinados 34 novos Projetos Escolares para construção de centros de educação profissional e aquisição de equipamentos, no valor de R\$ 61,9 milhões, visando à diversidade e ampliação da oferta de vagas, e, conseqüentemente, uma inserção cada vez mais ampla de profissionais capacitados no mercado de trabalho.



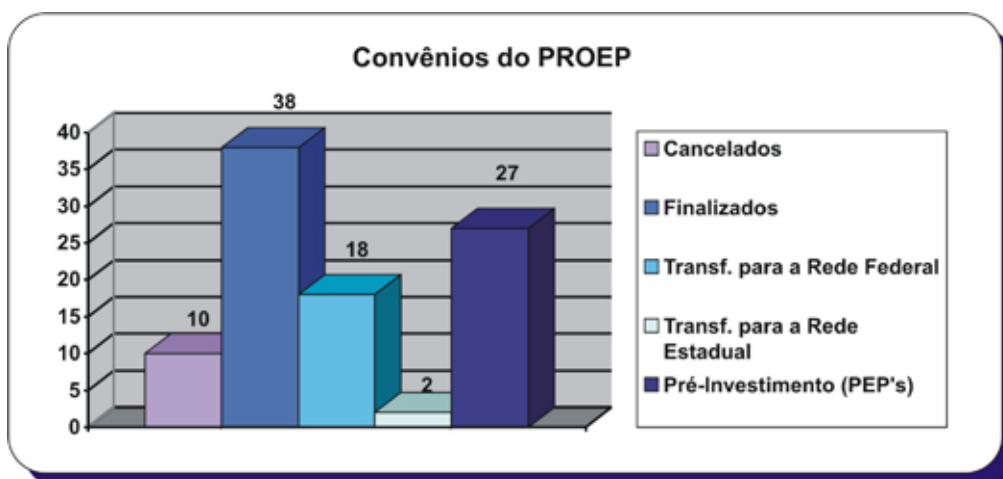
Apesar de o número total de convênios celebrados por segmento demonstrar um enfoque de investimentos no setor comunitário e no estadual, no primeiro semestre de 2006 foram celebrados três novos convênios do segmento federal. Do total de 303 convênios celebrados em toda a história do PROEP tem-se hoje 103 no segmento comunitário, 134 no estadual e 66 no federal.

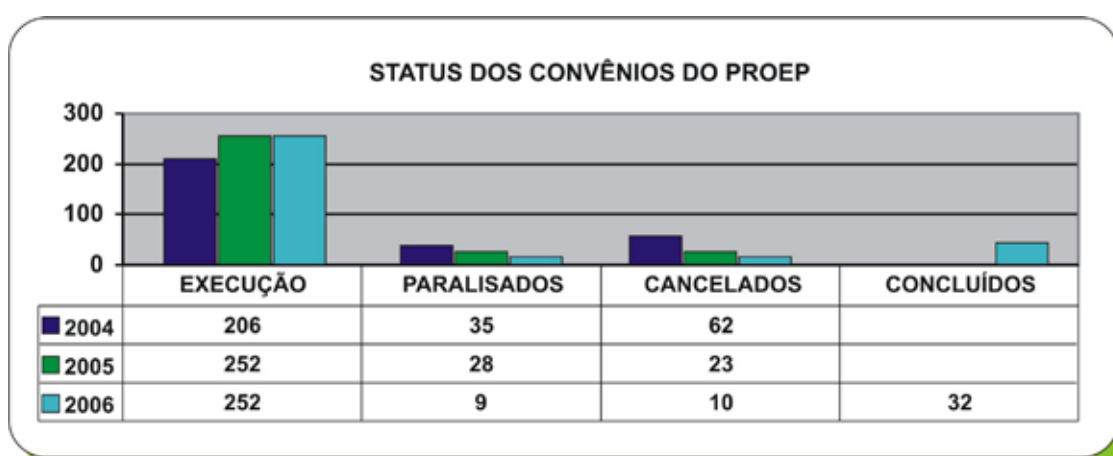
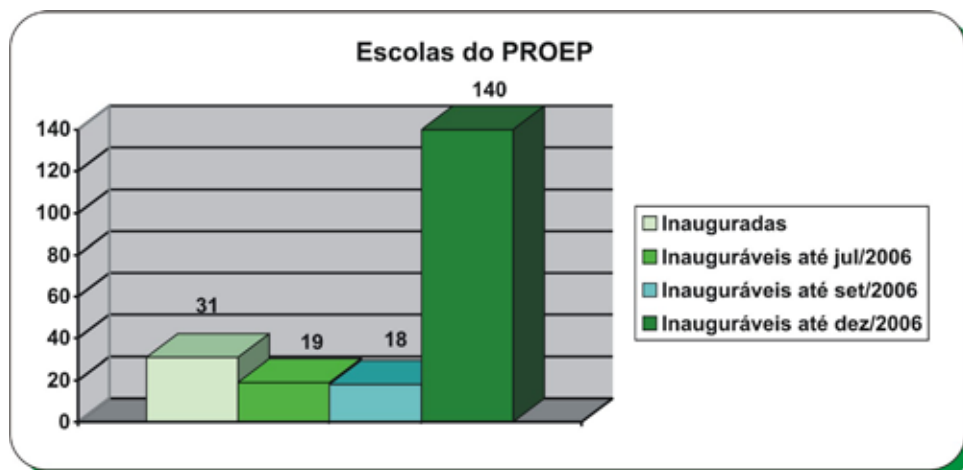


Desde 2005, e ao longo do primeiro semestre de 2006, estão sendo adotadas estratégias de gestão específicas e diferenciadas em cada segmento, notadamente relacionadas às questões das licitações, comprometimento e comprovação de gastos, sendo:

- a) segmento federal: monitoramento da execução;
- b) segmento estadual: apoio à execução, sobretudo no que se refere às articulações junto aos dirigentes dos estados, visando à aceleração dos processos em sua esfera;
- c) segmento comunitário: execução direta pela Coordenação do Programa, com a realização das licitações pelas entidades.

A configuração atual do PROEP apresenta um total de 260 Projetos Escolares, financiados por meio de 303 convênios, sendo: 10 convênios cancelados, 38 concluídos, 09 paralisados e 252 em execução; e também um total de 27 Planos Estaduais (PEP's), compreendendo 02 concluídos e 25 em fase final de conclusão.





De um total de 28 obras (Projetos Escolares) que estavam paralisadas, ainda restam 09 que se encontram nesta situação. Destas 09, temos 04 em processo de transferência para o segmento federal, e 05 em fase final de negociação para retomada.

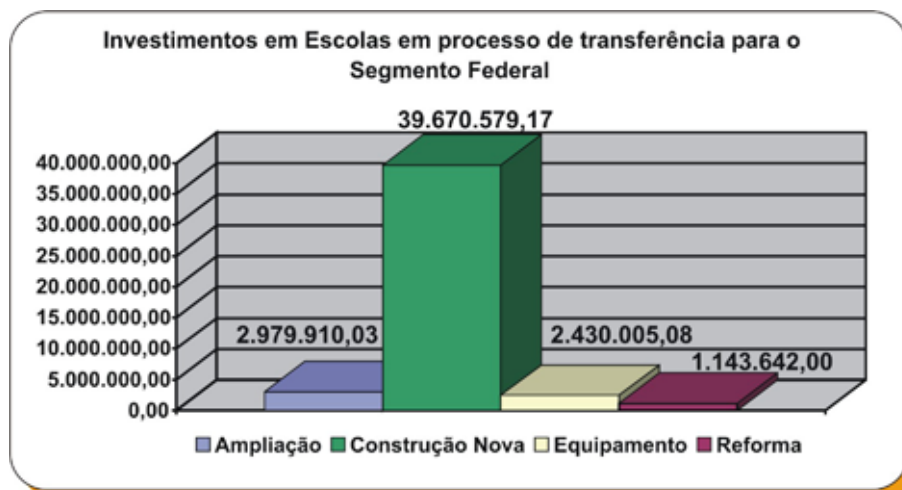
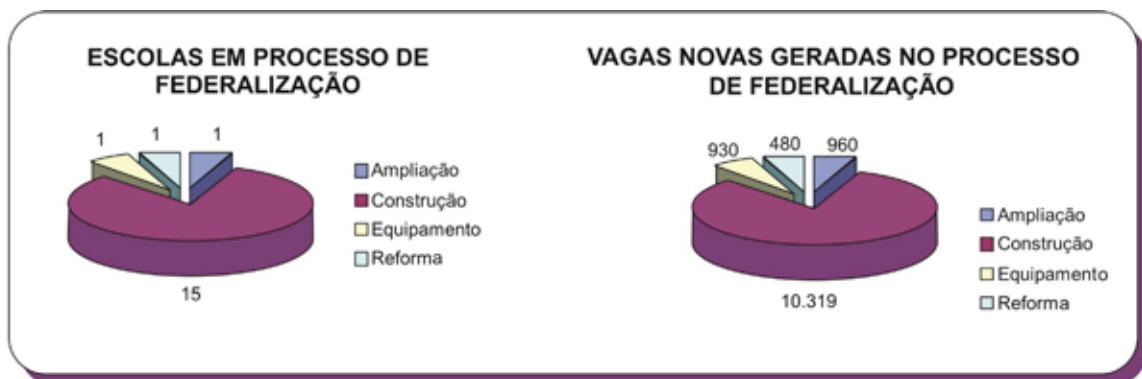
Observamos, portanto, a seguinte demanda de fiscalização dos trabalhos de medição para o ano de 2006, sendo:

- a) 115 convênios apresentam apenas 25% para sua conclusão, representando, em média, o número mínimo de 115 visitas para medição final e conclusão da obra;
- b) 59 convênios têm 50% de obra a concluir, demandando, no mínimo, duas visitas de medição e conclusão da obra;
- c) 78 convênios encontram-se com o percentual de execução a concluir de 70% a 80%, demandando, portanto, de duas a quatro visitas de medição e conclusão da obra.

QUADRO V - OBRAS E MEDIÇÕES

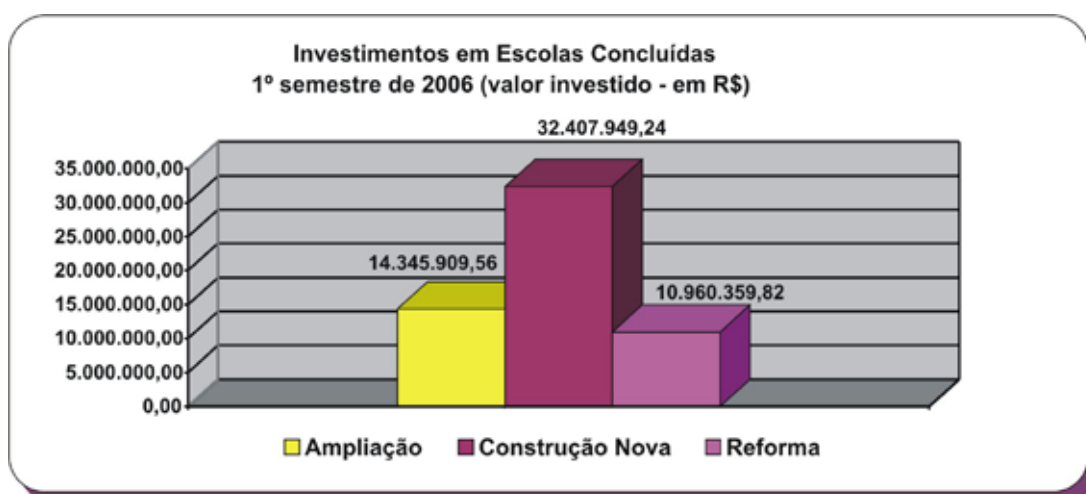
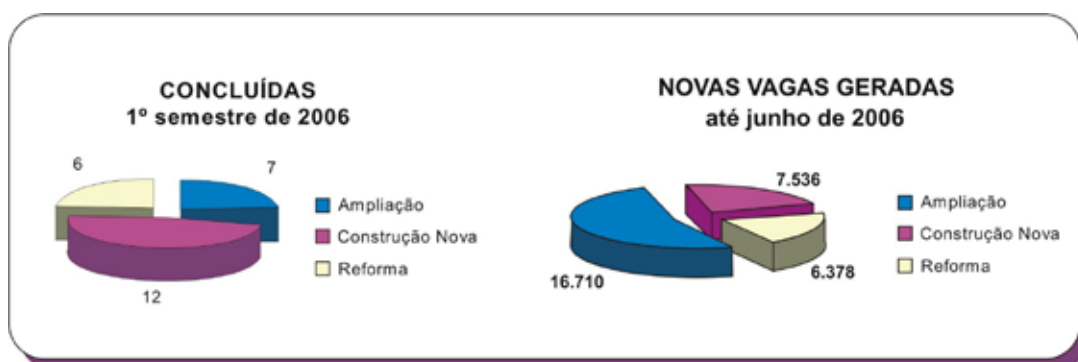
REGIÃO	% PARA CONCLUSÃO				TOTAL
	< 25%	< 50%	< 80%	> 80%	
1	30	16	7	21	74
2	27	13	6	8	54
3	25	14	5	11	55
4	33	16	3	17	69
TOTAL GERAL	115	59	21	57	252

E, ainda, 16 escolas antes vinculadas ao segmento comunitário, encontram-se em processo de transferência para o segmento federal (CEFET's), e duas para o segmento estadual, por falta de sustentabilidade destes projetos, proporcionando uma expansão da rede de ensino tecnológico, a partir da criação de aproximadamente 12.700 novas vagas, e oferecendo uma melhor alternativa para as comunidades.



A retomada de convênios paralisados e que apresentavam problemas de qualquer ordem, especialmente a partir da criação de uma equipe específica (5ª Região) para cuidar destes, levou a um crescimento no número de convênios em execução com relação aos anos anteriores do Programa e, conseqüentemente, à elevação da dotação orçamentária.

No primeiro semestre de 2006 foram inauguradas 50 escolas, com investimentos em ampliação, construção nova, equipamentos e reforma, e geradas 63.174 novas vagas, atendendo às demandas de formação profissional, expansão da educação e de criação de centros profissionais.



Enquanto que, em 2005, foi realizado pela primeira vez o processo de encerramento junto ao BID de 36 convênios com o status de “finalizados”, no primeiro semestre de 2006 este número aumentou. Em consonância com o determinado pelo Banco, e tendo em vista a proximidade do prazo final para comprometimento de recursos, até agora já foi apresentado o processo de encerramento de um total de 48 convênios (finalizados).

Até o final do ano de 2006 está prevista a conclusão de um total de 165 escolas, o que irá gerar, aproximadamente, 202 mil novas vagas em cursos de ensino profissionalizante.



Nas páginas seguintes são apresentados quadros com o detalhamento da execução dos projetos do PROEP, considerando as seguintes situações:

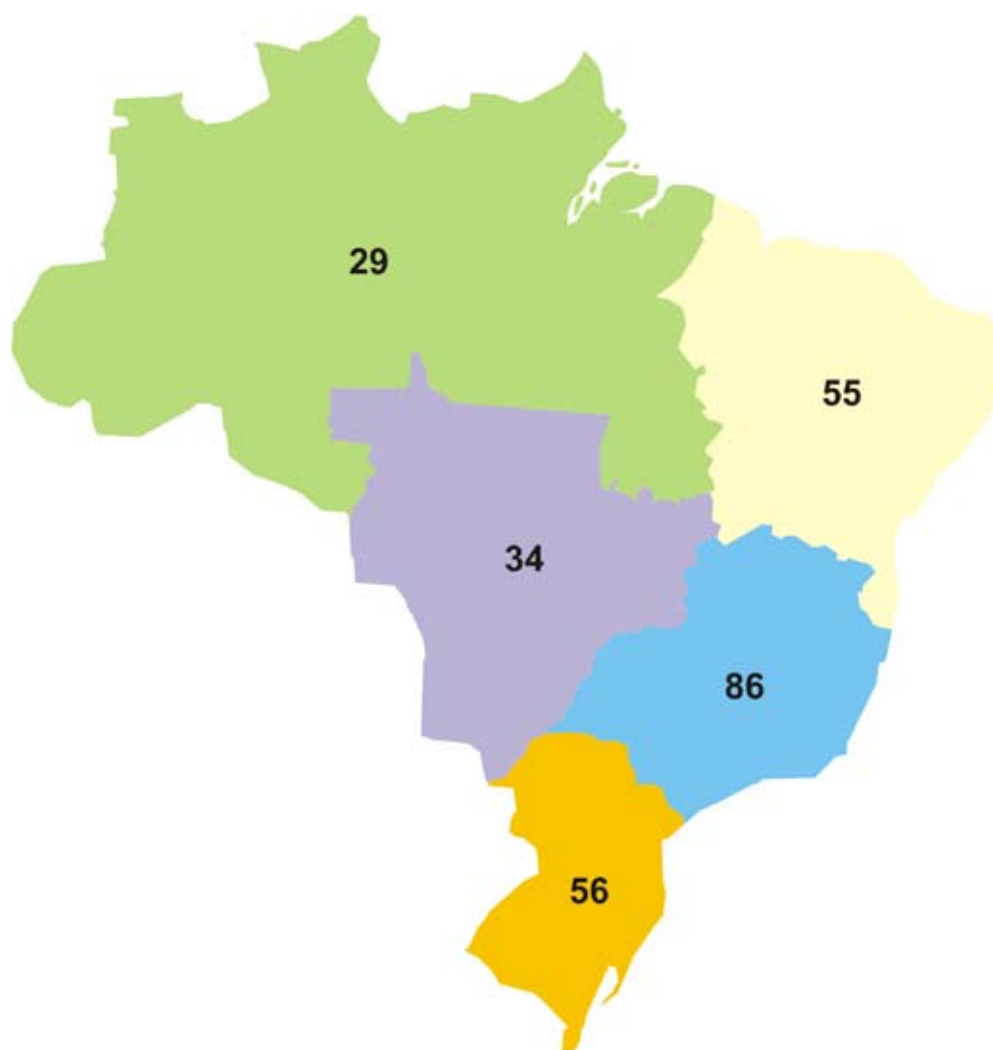
- a) Quantidade de vagas ofertadas em cursos básicos, técnicos e tecnológicos por região;
- b) Total de Projetos Escolares do PROEP;
- c) Escolas de Educação Profissional;
- d) Total de vagas dos cursos oferecidos em escolas do PROEP;
- e) 18 escolas, vinculadas ao segmento comunitário, em processo de transferência para o segmento federal;
- f) 02 escolas, vinculadas ao segmento comunitário, em processo de transferência para o segmento estadual;
- g) 25 escolas concluídas no 1o semestre de 2006;
- h) 18 escolas a serem concluídas até setembro/2006;
- i) 165 escolas a serem concluídas até dezembro/2006;
- j) Finalização de 38 convênios até julho/2006;
- k) Cancelamento de 10 convênios até julho/2006;
- l) Planilha com Controle de Cumprimento de Condições Contratuais previstas no Contrato de Empréstimo n° 1052/OC-BR.

QUANTITATIVO DE VAGAS OFERTADAS EM CURSOS BÁSICOS, TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS (POR REGIÃO)

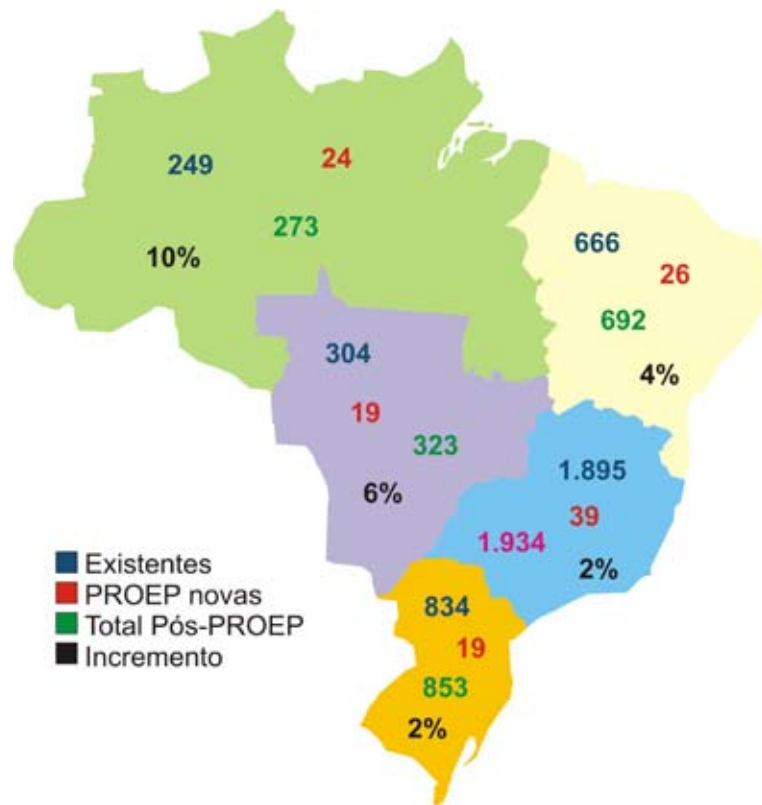
UF	Região	VAGAS		
		Básico	Técnico	Tecnológico
Norte		84.887	25.971	1.080
AC		7.572	1.920	0
AM		11.490	4.483	840
AP		8.530	2.208	0
PA		34.990	11.780	240
RO		6.980	1.280	0
RR		4.895	1.720	0
TO		10.430	2.580	0
Nordeste		223.935	69.313	16.565
AL		25.750	6.942	180
BA		38.241	11.100	971
CE		53.415	9.475	11.898
MA		16.754	3.860	1.639
PB		10.027	5.372	40

PE	27.359	15.712	820
PI	18.880	7.080	320
RN	25.869	6.232	442
SE	7.640	3.540	255
Sudeste	394.230	94.361	12.203
ES	5.133	5.072	480
MG	139.703	27.501	2.483
RJ	83.987	16.126	6.880
SP	165.407	45.662	2.360
Sul	200.432	66.268	4.318
PR	49.072	20.044	2.900
RS	90.086	29.984	680
SC	61.274	16.240	738
Centro Oeste	135.001	30.862	760
DF	15.394	7.305	0
GO	54.471	15.186	580
MS	12.535	1.836	0
MT	52.601	6.535	180
BRASIL	1.038.485	286.775	34.926

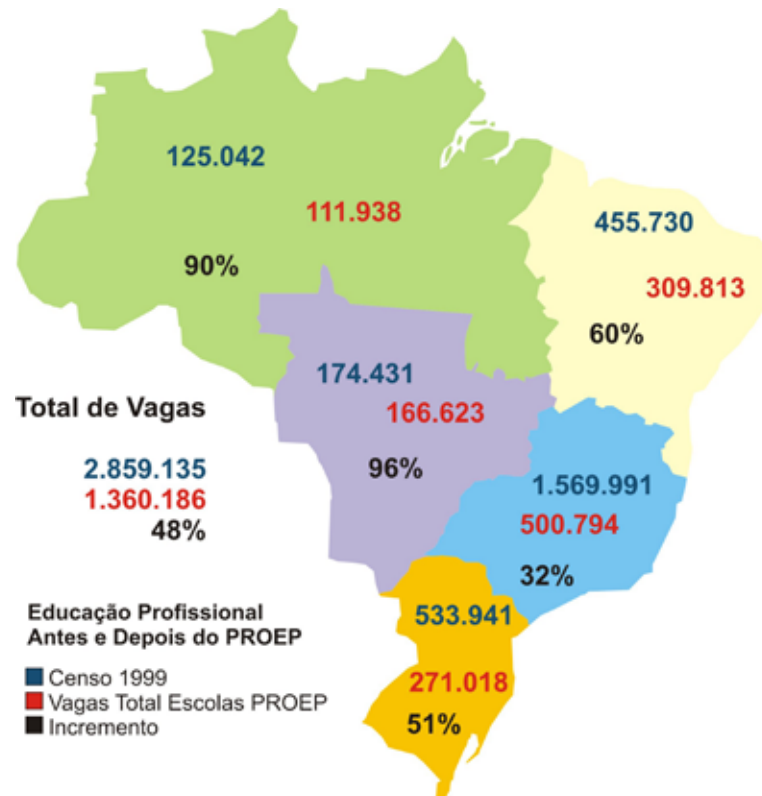
TOTAL DE PROJETOS ESCOLARES DO PROEP



ESCOLAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL



TOTAL DE VAGAS DOS CURSOS OFERECIDOS EM ESCOLAS DO PROEP



ESCOLAS EM PROCESSO DE FEDERALIZAÇÃO

MUNICÍPIO	SEG	REG	UF	NºCONV	NOME FANTASIA	VALOR CONVENIADO	NATUREZA
Porto Seguro	C	4	BA	C073/99	Brasil Profissional / BA	2.168.630,24	Construção Nova
Açailândia	E	1	MA	C081/01	SEDUC MA - Açailândia	2.820.823,00	Construção Nova
São Luiz	E	1	MA	C299/00	CEP São Luiz - MA	1.143.642,00	Reforma
Nepomuceno	C	4	MG	C003/99	CEPROSUL	2.979.910,03	Ampliação
Floresta	C	3	PE	C133/01	CEP IDSTP de Floresta / PE	2.807.305,35	Construção Nova
Toledo	C	1	PR	C033/01	FUNET-Centro Integrado de Tecnologia /PR	2.196.181,00	Construção Nova
Francisco Beltrão	C	1	PR	C132/99	Texcel / PR	1.928.085,16	Construção Nova
Apucarana	C	1	PR	C141/01	FETAP - Apucarana/PR	2.331.292,00	Construção Nova
Santo Augusto	C	1	RS	C008/05	FUNDATURVOS-CEP Vale do Rio Turvo	1.827.860,50	Construção Nova
Florianópolis	C	1	SC	C187/99	FINAC - CEP de gastronomia e alimentação / SC	3.382.924,29	Construção Nova
São Paulo Campos do Jordão	C	2	SP	C085/00	São Roque	2.493.167,00	Construção Nova
Caraguatatuba	C	2	SP	C145/01	Campos do Jordão	2.334.603,00	Construção Nova
São João da Boa Vista	C	2	SP	C163/99	Caraguatatuba	3.260.305,00	Construção Nova
Salto	C	2	SP	C195/99	São João da Boa Vista	2.799.679,01	Construção Nova
Bragança Paulista	C	2	SP	C209/01	Fundação Saltense	4.162.169,64	Construção Nova
Guarulhos	C	2	SP	C287/00	Bragança Paulista	2.299.953,98	Construção Nova
Paraíso do Tocantis	C	2	SP	C313/00	Agende Guarulhos	2.430.005,08	Equipamentos
	E	3	TO	C063/01	CEP Paraíso do Tocantins /TO	2.857.600,00	Construção Nova

ESCOLAS EM PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA PARA OS ESTADOS

MUNICÍPIO	SEG	REG	UF	NºCONV	NOME FANTASIA	VALOR CONVENIADO	NATUREZA
Brejo da Barra	C	4	BA	C098/01	CEP Brejos da Barra/BA	3.236.735,08	Construção Nova
Redenção	C	4	PA	C191/00	CEP Antonieta de Lourdes / PA	2.470.600,52	Construção Nova

ESCOLAS CONCLUÍDAS NO PRIMEIRO SEMESTRE 2006

MUNICÍPIO	SEG	REG	UF	NºCONV	NOME FANTASIA	VALOR CONVENIADO	NATUREZA
Rio Branco	E	3	AC	C088/00	SEDUC/AC - CEP FLORESTA	3.122.112,75	Construção Nova
Maceió	C	3	AL	C199/01	FAAP Alagoas/AL	3.170.086,30	Construção Nova
Salvador	C	4	BA	C297/00	Pracatum / BA	2.121.426,20	Reforma
Serra	F	3	ES	C008/99	UNED Serra	2.182.114,10	Reforma
Contagem	C	4	MG	C205/99	SINDIMOV	2.776.739,44	Construção Nova

Belém	C	4	PA	C048/01	CEP Empreendedores da Amazônia / PA	3.006.659,00	Construção Nova
Recife	F	3	PE	C113/98	CEFET Pernambuco / PE	2.133.694,27	Ampliação
Belo Jardim	F	3	PE	C116/98	EAF Belo Jardim / PE	2.160.770,01	Ampliação
Paulista	C	3	PE	C167/99	Paulista / PE	2.072.910,88	Construção Nova
Teresina	E	3	PI	C011/02	CEP Simplicio Mendes	413.149,00	Reforma
Parnaíba	E	3	PI	C305/00	ETE Petrônio Portela / PI	2.499.549,00	Construção Nova
Natal	F	3	RN	C131/98	CEFET RN	2.767.129,23	Ampliação
Porto Velho	C	1	RO	C041/01	CEMOTEMA / RO	2.713.010,00	Construção Nova
Ji-Paraná	E	1	RO	C046/01	CEP Ji-Paraná/ RO	2.565.038,00	Ampliação
Colorado do Oeste	F	1	RO	C127/98	EAF Colorado do Oeste / RO	1.933.778,05	Ampliação
Caxias do Sul	C	1	RS	C013/98	Caxias do Sul / RS	2.206.405,00	Construção Nova
Ribeirão Preto	C	2	SP	C001/99	CeproSind	1.877.161,46	Construção Nova
São Paulo	C	2	SP	C015/00	Nosso Lar	2.956.274,00	Construção Nova
São José do Rio Preto	E	2	SP	C025/98	Philadelpho Gouvea	1.972.507,71	Reforma
Campinas	C	2	SP	C125/01	FITEL SINDICAMP	3.811.658,41	Construção Nova
Piracicaba	C	2	SP	C183/99	Kep Kennedy	2.680.950,81	Reforma
Cascável	E	1	PR	C116/01	CEP Cascavel / PR	1.590.212,00	Reforma
Irati	E	1	PR	C117/01	CEPA Florestal de Irati / PR	1.352.066,00	Ampliação
Londrina	E	1	PR	C283/00	SEDUC/PR - CEP Londrina	1.433.434,00	Ampliação
Recife	E	3	PE	C025/00	SECTMA/CEP Araripina	2.194.928,00	Construção Nova

ESCOLAS A SEREM CONCLUÍDAS NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2006
PREVISÃO ATÉ SETEMBRO/2006

MUNICÍPIO	SEG	REG	UF	NºCONV	NOME FANTASIA	VALOR CONVENIADO	NATUREZA
Salvador	E	4	BA	C044/01	Jiquitaia/ BA	3.003.822,68	Ampliação
Cachoeiro do Itapemirim	F	3	ES	C902/05	UNED Cachoeiro do Itapemirim	2.213.017,15	Ampliação
Tangará da Serra	E	4	MT	C025/02	SEDUC/MT-Tangará da Serra	3.515.159,00	Construção Nova
Cuiabá	C	4	MT	C054/02	ABRASSA	3.097.099,00	Construção Nova
Teresina	C	3	PI	C079/99	CTT - Teresina / PI	2.582.152,73	Construção Nova
Capivari	C	2	SP	C144/01	CNEC Capivari	2.938.360,28	Construção Nova
Rio Branco	E	3	AC	C090/00	CFP em Saúde / AC	1.463.201,00	Construção Nova
Macapá	E	3	AP	C031/00	Santana / AP	2.538.785,00	Construção Nova
Feira de Santana	E	4	BA	C046/98	SEDUC Auréio Filho / BA	2.154.101,26	Ampliação
Rio Pomba	F	4	MG	C154/99	EAF Rio Pomba	2.188.279,90	Ampliação
Pontes e Lacerda	E	4	MT	C024/02	SEDUC/MT- Pontes e Lacerda	3.239.118,00	Construção Nova
Florianópolis	F	3	PI	C096/99	Campus Amílcar Ferreira Sobral	1.414.866,73	Reforma
Teresina	F	3	PI	C120/98	CEFET Piauí / PI	3.342.794,41	Ampliação

Cornélio Procópio	F	1	PR	C047/02	CEFET/PRN - Uned. Cornélio Procópio	2.599.330,00	Ampliação
Sapucaia do Sul	F	1	RS	C042/00	CEFET/Pelotas - UNED Sapucaia do Sul / RS	2.122.668,00	Equipamentos
Tubarão	E	1	SC	C043/01	SEDUC/SC - CEP Tubarão	2.328.186,79	Reforma
São Paulo Presidente Prudente	F	2	SP	C083/98	CEFET SP (convênio antigo)	1.413.716,18	Ampliação
	C	2	SP	C113/02	Presidente Prudente (equipamento)	1.571.232,95	Equipamentos

PREVISÃO ATÉ DEZEMBRO/2006

MUNICÍPIO	SEG	REG	UF	NºCONV	NOME FANTASIA	VALOR CONVENIADO	NATUREZA
Rio Branco	E	3	AC	C089/00	SEDUC/AC - CFP em Serviços	1.125.439,32	Construção Nova
Maceió	E	3	AL	C009/05	SEDUC/AL - CEP Polo Maceio	1.901.850,17	Construção Nova
Satuba	F	3	AL	C020/99	EAF Satuba / AL	1.916.865,80	Equipamentos
Maceió	F	3	AL	C112/98	CEFET de Alagoas / AL	2.251.160,54	Ampliação
Coruripe	E	3	AL	C123/01	Coruripe / AL	1.909.667,00	Construção Nova
Manaus	F	1	AM	C114/98	EAF de Manaus / AM	1.999.814,13	Reforma
Manaus	F	1	AM	C119/98	CEFET / AM	2.288.802,00	Ampliação
Manaus	C	1	AM	C124/01	ADCAM	3.142.342,00	Construção Nova
Macapá	E	3	AP	C032/00	CEP Graziela Reis de Souza / AP	1.554.104,00	Ampliação
Macapá	E	3	AP	C033/00	CEP do Amapá / AP	861.898,00	Construção Nova
Santo Antônio de Jesus	E	4	BA	C014/05	SEDUC/BA - Sto Antonio de Jesus	1.799.757,41	Construção Nova
Camaçari	E	4	BA	C027/00	Camaçari / BA	2.734.862,91	Construção Nova
Salvador	C	4	BA	C036/01	Centro de Tecnologia / BA	3.929.639,38	Reforma
Salvador	F	4	BA	C118/98	CEFET da Bahia / BA	2.476.145,14	Ampliação
Salvador	C	4	BA	C293/00	FEBEE - Escola Bahiana/BA	3.690.814,02	Construção Nova
Fortaleza	E	3	CE	C017/05	Escola de Saúde Pública do Ceará	1.402.212,18	Ampliação
Iguatú	E	3	CE	C045/02	EAF IGUATU	3.112.833,00	Ampliação
Limoeiro do Norte	E	3	CE	C090/02	CENTEC Limoeiro do Norte/CE Novo	362.584,17	Ampliação
Caucaia	C	3	CE	C110/99	Caucaia / CE	1.918.219,33	Construção Nova
Fortaleza	E	3	CE	C129/98	CEFET do Ceará / CE	2.451.506,42	Ampliação
Acopiara	C	3	CE	C198/01	Soc. Beneficente Fca Alves - Acopiara/CE	2.017.796,49	Construção Nova
Planaltina	E	3	DF	C020/00	Colégio Agrícola de Brasília / DF	2.859.145,00	Ampliação
Ceilândia	E	3	DF	C021/00	CET Ceilandia / DF	2.086.845,00	Ampliação
Brasília	E	3	DF	C189/99	Escola Música de Brasília / DF	1.999.823,00	Ampliação
Brasília	E	3	DF	C190/99	ET Brasília / DF	1.791.173,00	Equipamentos
Brasília	E	3	DF	C306/00	SEDUC/DF - CEP Saúde Planaltina / DF	1.121.420,00	Ampliação
Brasília	C	3	DF	C312/00	CNEC Brasília / DF	2.545.557,43	Construção Nova
Vitória	F	3	ES	C153/99	CEFET Espírito Santo / ES	1.979.872,26	Ampliação
Morrinhos	F	4	GO	C901/06	UNED Morrinhos-CEFET URUTAI	1.741.331,32	Ampliação
Goiânia	E	4	GO	C021/05	SEDUC/GO - CEP em Artes Basileu França	2.499.701,00	Construção Nova

Anápolis	E	4	GO	C089/99	SEDUC GO ANAPOLIS	2.036.893,40	Construção Nova
São Miguel do Araguaia	C	4	GO	C107/01	Vale do Araguaia / GO	3.078.540,00	Construção Nova
Goiatuba	E	4	GO	C122/01	SEDUC/GO - CEP Goiatuba / GO	2.036.878,00	Reforma
Porangatu	E	4	GO	C130/01	SEDUC/GO - CEP Porangatu	2.316.476,00	Construção Nova
Rio Verde	F	4	GO	C133/98	EAF Rio Verde / GO	1.997.453,60	Ampliação
Goianésia	E	4	GO	C136/01	SEDUC/GO - CEP Goianésia	2.538.294,00	Construção Nova
Catalão	E	4	GO	C137/01	SEDUC/GO - CEP Catalão	2.366.895,00	Construção Nova
Caiponia	E	4	GO	C138/01	SEDUC/GO - CEP Caiponia	2.199.484,00	Construção Nova
Goiânia	E	4	GO	C280/00	SEDUC/GO - CEP Sebastião Siqueira / GO	447.954,00	Reforma
São Luiz	F	1	MA	C001/00	CEFET Maranhão / MA	2.031.145,36	Ampliação
Patrocínio	C	4	MG	C007/05	Escola Agrotécnica "Sérgio de Freitas Pacheco"-Patrocínio	2.011.847,00	Construção Nova
Belo Horizonte	F	4	MG	C023/00	CEFET MG	2.469.231,00	Reforma
Belo Horizonte	E	4	MG	C027/05	Escola de Formação Profissional - FHEMIG	1.898.061,75	Construção Nova
Januária	F	4	MG	C030/00	EAF Januária	2.706.366,32	Ampliação
Itajubá	E	4	MG	C038/98	CREP Itajuba	1.707.790,00	Reforma
Contagem	C	4	MG	C039/01	FUNCICI	2.300.789,98	Construção Nova
Caxambú	E	4	MG	C039/98	CREP Caxambu	2.550.131,26	Ampliação
Teófilo Otoni	E	4	MG	C040/98	CREP Teófilo Otoni	2.738.984,54	Reforma
Salinas	F	4	MG	C061/02	EAF Salinas	2.508.454,00	Ampliação
BambuÍ	F	4	MG	C102/01	EAF Bambuí	2.304.333,77	Ampliação
Inconfidentes	F	4	MG	C120/01	EAF Inconfidentes	2.768.518,19	Ampliação
Uberaba	F	4	MG	C128/98	EAF Uberaba	2.165.538,00	Ampliação
Itabira	C	4	MG	C146/01	Itabira	2.328.286,91	Ampliação
Frutal	C	4	MG	C155/99	Frutal	1.200.812,33	Reforma
Uberlândia	C	4	MG	C192/99	Uberlândia	1.611.773,75	Construção Nova
Timóteo	C	4	MG	C194/99	Timóteo	2.568.964,75	Construção Nova
Montes Claros	C	4	MG	C291/00	Montes Claros	3.026.849,51	Reforma
Divinópolis	F	4	MG	C901/05	UNED Divinópolis	2.210.112,10	Construção Nova
Campo Grande	C	2	MS	C002/05	Centro Formador de Recursos Humanos para a Saúde	1.622.129,91	Ampliação
Campo Grande	E	2	MS	C190/00	SEDUC/MS - CEP Campo Grande	2.406.410,35	Construção Nova
Cáceres	F	4	MT	C002/99	EAF Cáceres / MT	2.057.316,80	Ampliação
Cuiabá	F	4	MT	C014/98	CEFET Mato Grosso / MT	1.539.000,00	Reforma
Lucas do Rio Verde	C	4	MT	C016/05	CEP de Lucas do Rio Verde	1.575.328,72	Construção Nova
Diamantino	E	4	MT	C023/02	SEDUC/MT-Diamantino	3.182.084,00	Construção Nova
Cuiabá	F	4	MT	C058/98	CEFET Cuiabá / MT	2.415.403,18	Ampliação
Rondonópolis	E	4	MT	C201/99	SEDUC/MT - Rondonópolis	1.477.956,63	Construção Nova
Barra do Garças	E	4	MT	C202/99	Barra do Garça / MT	1.470.431,57	Construção Nova
SINOP	E	4	MT	C203/99	Formação Profissional / MT	1.480.069,32	Construção Nova
Alta Floresta	E	4	MT	C204/99	Alta Floresta / MT	1.482.172,52	Construção Nova
Itaiatuba	E	4	PA	C012/00	CEP Itaituba / PA	2.247.187,65	Construção Nova

Paragominas	E	4	PA	C013/00	CEP Paragominas / PA	2.623.896,98	Construção Nova
Santarém	C	4	PA	C015/05	Fundação Esperança/PA	2.177.879,00	Construção Nova
Belém	E	4	PA	C071/01	ETP Belém / PA	3.233.320,00	Construção Nova
Monte Alegre	E	4	PA	C075/01	CEP Monte Alegre/PA	1.240.551,00	Construção Nova
Salvaterra	E	4	PA	C076/01	SEEPS/PA - Salvaterra	1.249.989,63	Construção Nova
Abaetuba	E	4	PA	C077/01	ETP Abaetuba / PA	1.348.344,00	Construção Nova
Tailândia	E	4	PA	C110/01	ETP Tailândia / PA	1.619.679,00	Construção Nova
Belém	F	4	PA	C115/98	CEFET Pará / PA	1.985.057,00	Reforma
João Pessoa	E	3	PB	C025/05	SEDUC/PB-CEP João Pessoa	1.292.721,96	Construção Nova
Campina Grande	C	3	PB	C083/99	ET Redentorista/PB	1.852.663,38	Ampliação
João Pessoa	F	3	PB	C109/98	CEFET Paraíba / PB	2.342.895,95	Ampliação
Sousa	F	3	PB	C905/05	EAF de Sousa / PB	1.898.428,77	Ampliação
Petrolina	F	3	PE	C016/98	CEFET Petrolina / PE	2.196.145,55	Ampliação
Serra Talhada	E	3	PE	C023/05	Centro Tecnológico de Educação Profissional do Pajeú-Moxotó	2.346.361,30	Construção Nova
Bezerros	C	3	PE	C182/99	FASEP Bezerros / PE	2.030.128,00	Construção Nova
Recife	E	3	PE	C193/99	SECTMA/PE - ETE Agamennon Magalhães	2.197.357,00	Reforma
Bom Jesus	F	3	PI	C903/05	Colégio Agrícola de Bom Jesus	1.973.203,52	Ampliação
Curitiba	E	1	PR	C001/05	CFP em Saúde do Norte do Paraná	1.700.000,00	Construção Nova
Londrina	C	1	PR	C005/05	Associação Odontológica- CEP Caetano Munhoz da Rocha	2.349.935,00	Construção Nova
Curitiba	C	1	PR	C010/05	CEP em Asseio e Conservação do Estado do Paraná	2.098.711,82	Construção Nova
	C	1	PR	C024/05	Maringá	1.821.090,00	Equipamentos
Arapongas	C	1	PR	C030/01	CEP Tec. Moveleira do Paraná	3.865.881,50	Construção Nova
Paranaguá	C	1	PR	C043/02	FECT-Paranaguá/PR	2.990.442,00	Construção Nova
Curitiba	F	1	PR	C122/98	CEFET Paraná / PR	2.006.854,00	Reforma
Curitiba	F	1	PR	C200/01	CEFET Paraná / PR	679.000,00	Reforma
Curitiba	E	1	PR	C284/00	SEDUC/PR - CEP Curitiba	2.402.032,00	Ampliação
Petrópolis	E	2	RJ	C314/00	SEC/RJ - CPTI Petrópolis	3.794.001,76	Construção Nova
Nilópolis	F	4	RJ	C902/06	UNED Realengo	2.681.400,51	Construção Nova
Rio de Janeiro	F	2	RJ	C006/99	CEFET RJ	2.219.073,72	Reforma
Rio de Janeiro	E	2	RJ	C007/02	CEP Atendimento Pré-Hospitalar	2.321.748,00	Construção Nova
Rio de Janeiro	F	2	RJ	C013/99	Arsenal de Marinha	2.093.400,00	Construção Nova
Rio de Janeiro	F	2	RJ	C044/02	FIOCRUZ	3.884.367,47	Construção Nova
Valença	C	2	RJ	C067/99	Valença	1.645.500,00	Construção Nova
Campos	F	2	RJ	C091/99	CEFET Campos	2.327.076,29	Equipamentos
Nilópolis	F	2	RJ	C094/99	CEFET de Química	1.726.050,18	Ampliação
Nova Iguaçu	F	2	RJ	C151/01	CEFET/RJ - UNED Nova Iguaçu	3.584.154,00	Ampliação
Campos	E	2	RJ	C288/00	SECITEC/ Campos	3.397.067,56	Ampliação
Natal	E	3	RN	C281/00	CEP Prof. Anísio Teixeira / Jessé Freire	1.915.910,00	Equipamentos
Cacoal	E	1	RO	C205/01	SEDUC/RO - CEP Cacoal	2.575.714,00	Construção Nova
Boa Vista	E	1	RR	C012/05	SEDUC/RR - CEP Boa Vista	1.973.760,00	Construção Nova
Feliz	C	1	RS	C011/05	CEP do Vale do Caí	1.492.607,64	Construção Nova

Porto Alegre	C	1	RS	C012/99	IOCHPE - FORMARE	1.243.863,00	Equipamentos
Santa Rosa	E	1	RS	C018/05	SUEPRO/RS - Unidade de Educação Básica de Santa Rosa	1.254.150,00	Ampliação
Bagé	E	1	RS	C019/05	SUEPRO/RS - Bagé	1.206.890,00	Ampliação
Frederico Westphalen	F	1	RS	C037/02	Univ. Fed. Santa Maria RS	3.234.506,00	Ampliação
Taquara	E	1	RS	C037/98	Monteiro Lobato / RS	2.238.500,00	Reforma
Santa Maria	E	1	RS	C045/01	CTE Santa Maria / RS	2.022.065,00	Ampliação
Porto Alegre	E	1	RS	C080/99	Parobé / RS	1.850.644,00	Reforma
Bento Gonçalves	F	1	RS	C124/98	EAF Pres. Juscelino Kubistchek / RS	1.975.718,00	Ampliação
Porto Alegre	C	1	RS	C185/99	Fund. Universitária de Cardiologia / RS	1.654.316,74	Ampliação
Erechim	E	1	RS	C206/01	CEA Ângelo E. G. Erechim/RS	2.368.185,00	Ampliação
Porto Alegre	C	1	RS	C290/00	Fund. Pão dos Pobres/RS	2.672.128,00	Ampliação
Três de Maio	C	1	RS	C294/00	SETREM - Três de maio / RS	1.844.292,00	Ampliação
Guaíba	E	1	RS	C304/00	ET Guaíba / RS	2.020.163,00	Ampliação
São José do Cerrito	E	1	SC	C003/05	SEDUC/SC- CEP Caetano Costa	1.772.448,85	Ampliação
Água Doce	E	1	SC	C004/05	CEP Jaldyr Behering da Silva	1.700.522,13	Ampliação
Criciúma	C	1	SC	C007/99	SATC-SC	3.127.570,00	Ampliação
Joinville	C	1	SC	C017/00	BOLSHOI - Joinville / SC	1.703.352,00	Construção Nova
Fraiburgo	C	1	SC	C020/05	CEPROF Fraiburgo	2.298.859,43	Reforma
Blumenau	E	1	SC	C043/00	SEDUC/SC - CEP Blumenau	2.431.072,00	Reforma
Santa Rosa do Sul	F	1	SC	C046/02	EAF SOMBRIO	2.623.630,00	Ampliação
Florianópolis	F	1	SC	C130/98	CEFET Santa Catarina/ SC	2.698.384,16	Equipamentos
Joinville	E	1	SC	C213/01	SEDUC / SC CEP JOINVILLE	2.598.743,00	Ampliação
Aracajú	E	3	SE	C012/02	SEDUC SE CEP J.FIGUEIREDO	2.730.831,00	Construção Nova
Aracajú	F	3	SE	C126/98	ETF Sergipe / SE	1.893.431,30	Ampliação
Neópolis	E	3	SE	C170/01	SEDUC/SE - CEP Neópolis /SE	2.573.030,00	Construção Nova
Porto Alegre	C	2	SP	C279/02	IOCHPE - FORMARE	2.650.550,00	Serviços
Indaiatuba	C	2	SP	C005/99	Indaiatuba	2.919.601,82	Construção Nova
Monte Aprozível	C	2	SP	C006/05	FAMAR	2.178.660,00	Construção Nova
São Paulo	C	2	SP	C008/02	Sind. Metalúrgicos SP	3.258.385,98	Ampliação
Jaguariúna	C	2	SP	C014/00	Jaguariúna	3.099.631,49	Construção Nova
São Paulo	E	2	SP	C026/98	Martin Luter King	4.050.909,87	Reforma
Ribeirão Preto	E	2	SP	C027/98	Jose Martiniano	2.883.619,71	Reforma
Santos	E	2	SP	C031/98	Aristoteles Ferreira	4.201.979,66	Reforma
São Paulo	E	2	SP	C032/98	Basilides de Godoy	2.483.236,16	Reforma
Campinas	C	2	SP	C033/02	FUMEC - CEPROCAMP	3.559.778,00	Ampliação
Botucatu	E	2	SP	C033/98	Domingos Minicucci	3.129.148,35	Ampliação
Itapetininga	E	2	SP	C034/02	Edson Galvão	2.246.688,00	Reforma
Mogi das Cruzes	C	2	SP	C087/99	Mogi Guaçu	2.879.127,47	Construção Nova
São Paulo	C	2	SP	C088/99	ABRAS	2.109.990,00	Serviços

Cubatão	F	2	SP	C090/99	UNED Cubatão	1.987.744,00	Equipamentos
São Paulo	C	2	SP	C103/01	Agência de Desenvolvimento de Guarulhos - CEFET SP	149.006,67	Equipamentos
Boituva	C	2	SP	C125/99	Boituva	2.650.755,92	Construção Nova
São Paulo	E	2	SP	C132/01	Sapopemba	2.558.942,00	Construção Nova
Piracicaba	C	2	SP	C156/99	Piracicaba	3.714.764,25	Construção Nova
Guaianazes	E	2	SP	C158/99	Guaianazes	3.083.586,56	Construção Nova
Vinhedo	C	2	SP	C196/99	Vinhedo	2.388.582,83	Construção Nova
São Paulo	C	2	SP	C208/01	Fund Desenv da Indústria de Panificação e Confeitaria (Padeiros)	2.552.745,00	Reforma
São Paulo	F	2	SP	C251/02	CEFET SP (convênio novo)	1.977.153,01	Reforma
São Paulo	C	2	SP	C295/00	IPEC	2.685.552,00	Construção Nova
Dracena	C	2	SP	C296/00	Dracena	1.857.825,00	Ampliação
Sertãozinho	F	2	SP	C904/05	UNED Sertãozinho	2.701.474,00	Construção Nova
Palmas	E	3	TO	C013/05	Escola Técnica de Saúde do Tocantins	1.448.429,61	Construção Nova
Araguaína	E	3	TO	C026/05	Araguaína	2.085.420,00	Construção Nova
Araguatins	F	3	TO	C123/98	EAF Araguaatins / TO	2.389.264,88	Equipamentos

FINALIZADOS ATÉ JULHO DE 2006

MUNICÍPIO	SEG	REG	UF	NºCONV	NOME FANTASIA	VALOR CONVENIADO	NATUREZA
Boa Vista	F	1	RR	C152/99	CEFET Roraima / RR	1.917.343,63	Ampliação
Fortaleza	E	3	CE	C026/00	Infovias do Desenvolvimento / CE	3.580.376,83	Equipamentos
Crateús	E	3	CE	C041/98	CVT Crateús	386.123,50	Construção Nova
São Benedito	E	3	CE	C042/98	CVT São Benedito	555.230,85	Construção Nova
Limoeiro do Norte	E	3	CE	C043/98	CET Limoeiro do Norte / CE	1.154.729,04	Ampliação
Sobral	E	3	CE	C044/98	Sobral / CE	2.056.151,95	Ampliação
Massapê	E	3	CE	C045/98	CVT Massapê	574.936,81	Construção Nova
Fortaleza	F	3	CE	C115/02	CEFET/CE	337.575,84	Ampliação
Brasília	C	3	DF	C011/99	SINDPD / DF	2.171.394,90	Construção Nova
Urutaí	F	4	GO	C057/99	EAF Urutaí / GO	1.946.486,38	Ampliação
Goiânia	F	4	GO	C117/98	CEFET Goiás / GO	2.248.282,18	Reforma
Sete Lagoas	C	4	MG	C014/99	SENAI Sete Lagoas	1.409.746,05	Ampliação
São Sebastião do Paraíso	C	4	MG	C037/01	FEC - S. Sebastião do Paraíso/MG	2.144.349,00	Construção Nova
Santa Rita do Sapucaí	C	4	MG	C138/00	Santa Rita do Sapucaí	2.267.355,00	Reforma
Ouro Preto	F	4	MG	C140/99	CEFET Ouro Preto	2.384.724,71	Equipamentos
Nova Lima	C	4	MG	C188/99	SENAI Afonso Greco	1.122.910,00	Ampliação
Belo Horizonte	C	4	MG	C191/99	SENAI Centro Automotivo	1.071.853,78	Ampliação
Pato Branco	F	1	PR	C121/98	CEFET/PR-UNED Pato Branco	2.073.060,74	Reforma
Barreira Roxa	C	3	RN	C077/99	Barreira Roxa / RN	3.104.189,39	Construção Nova
Farroupilha	C	1	RS	C016/99	FUCS-Farroupilha / RS	2.583.924,37	Construção Nova
Farroupilha	C	1	RS	C068/01	FUCS-Farroupilha / RS	696.399,00	Construção Nova
Porto Alegre	F	1	RS	C124/99	UFRGS / RS	1.883.512,55	Ampliação

São Vicente do Sul	F	1	RS	C125/98	EAF São Vicente do Sul / RS	2.140.510,17	Ampliação
Pelotas	F	1	RS	C132/98	CEFET Pelotas	2.291.122,28	Ampliação
Panambi	C	1	RS	C186/99	Panambi / RS	2.653.899,29	Ampliação
Ibirubá	C	1	RS	C198/99	FUNDIBITEC - Ibirubá	2.059.448,60	Ampliação
Novo Hamburgo	C	1	RS	C289/00	FET Liberato Salzano/RS	2.760.777,00	Ampliação
Florianópolis	C	1	SC	C019/99	Canto da Ilha / SC	2.428.930,10	Construção Nova
Canoinhas	E	1	SC	C044/00	CEP Canoinhas / SC	1.510.655,00	Ampliação
Luzerna	C	1	SC	C157/99	CETEPI/Luzerna/SC- Vale Rio do Peixe	2.300.000,00	Construção Nova
Jaraguá do Sul	C	1	SC	C184/99	APOLITEC - Jaraguá do sul / SC	1.997.830,29	Construção Nova
Concórdia	C	1	SC	C197/99	FABET - Concórdia/SC	2.429.257,71	Construção Nova
São Paulo	C	2	SP	C003/02	APCD / SP	3.154.395,00	Equipamentos
São Paulo	C	2	SP	C009/99	SENAI - SP	2.159.404,00	Equipamentos
Presidente Prudente	C	2	SP	C018/99	Escola de Artefatos de Couro de Presidente Prudente	1.849.395,90	Ampliação
São José dos Campos	C	2	SP	C022/99	FUNDHAS	2.432.932,04	Construção Nova
Votuporanga	C	2	SP	C060/99	Votuporanga	1.596.447,00	Ampliação
São Paulo	C	2	SP	C129/01	Zerbini	3.218.840,00	Construção Nova

CANCELADOS ATÉ JULHO DE 2006

MUNICÍPIO	SEG	REG	UF	NºCONV	NOME FANTASIA	VALOR CONVENIADO	NATUREZA
Manaus	C	1	AM	C001/01	Fucapi / AM	2.564.920,00	Construção Nova
Vila Velha	E	3	ES	C006/01	CFP Vila Velha / ES	1.494.806,00	Reforma
Colatina	E	3	ES	C086/01	Colatina / ES	2.258.818,00	Construção Nova
Recife	E	3	PE	C202/01	CTEP Almirante Soares Dutra" / PE	1.381.068,00	Reforma
Natal	E	3	RN	C003/06	CFP de Saúde	934.933,26	Construção Nova
Xanxerê	C	1	SC	C286/00	FUNDITEC - Xanxerê/SC	2.507.447,26	Construção Nova
Campinas	E	2	SP	C027/02	UNICAMP - COTUCA	3.786.540,00	Construção Nova
Itapevi	C	2	SP	C127/01	CETEP Itapevi / SP	2.426.167,00	Serviços
Palmas	E	3	TO	C171/01	CEP Gurupi / TO	2.995.193,00	Construção Nova
Brazópolis	E	4	MG	C021/99	Brazopolis	1.503.387,79	Reforma

PLANILHA COM CONTROLE DE CUMPRIMENTO DE CONDIÇÕES CONTRATUAIS PREVISTAS NO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 1052/OC-BR

EMPRÉSTIMO 1052/OC-BR. PROGRAMA: Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP

CONTROLE DE CUMPRIMENTO DE CONDIÇÕES CONTRATUAIS EM 16.06.2006 (1)

CLÁUSULAS

Número	Descrição	P R A Z O			D A T A			
		Original	Prorrogado	Ref. (2)	Apresentação	Ref. (2)	Aprovação	Ref. (2)
3.04(b)	Prazo Último Desembolso	24/11/2006	31/5/2007	Of. 1355/06	x	x	x	x
4.05(b)	POA	31/12/2005	x	x	9/3/2006	Of. 531/06	4/4/2006	CBR- 1557/06
4.05(c)	Relatório Anual de Progresso 2005	31/3/2006	x	x	19/4/2006	Of. 946/06	x	x
4.05(c)	Relatório Anual de Progresso 2006	31/3/2007	x	x	x	x	x	x
4.06(a)	Revisão Anual	30/4/2006	x	x	x	x	x	x
6.01(b)	Avaliação “ex post”	24/11/2007	x	x	x	x	x	x
6.04(b)	Demonstração Recursos Contrapartida	1/3/2006	22/12/2006	Of. 1355/06	x	x	x	x
7.03 (a)(i)(b)	Relatório Semestral de Progresso 2005 (2)	28/2/2006	x	x	19/4/2006	Of. 946/06	18/5/2006	CBR- 2197/06
7.03 (a)(i)	Relatório Semestral de Progresso 2006 (1)	28/8/2006	x	x	x	x	x	x
7.03 (a)(iii)	Apresentação de Estados Financeiros Auditados - EFAS	30/4/2006	16/6/2006	CBR- 2121/06	9/6/2006	Of. 1497/06	x	x

(1) Indicar a data de corte do Relatório, seja 30 de junho ou 31 de dezembro

(2) Indicar o número da comunicação.



Após uma fase inicial de expressiva mudança de cultura, devida, principalmente, à transferência da gestão do PROEP do MEC para o FNDE, desde 2005 vários avanços na execução do Programa têm sido constatados. Enquanto que, no ano anterior, deu-se início a um processo de mapeamento dos problemas existentes, no primeiro semestre de 2006 o Programa passou por uma fase de profunda reorganização, em razão do direcionamento do foco do trabalho para a solução de problemas e implemento de melhorias. Nesta conclusão, destacamos os principais avanços constatados entre janeiro e junho deste ano, elencados ao longo do presente Relatório Semestral de Progresso.

Inicialmente, em razão da proximidade dos prazos finais determinados para desembolso e comprometimento dos recursos do Contrato de Empréstimo BID-OC/BR n° 1052, foi encaminhada à COFIEX/MPOG um pleito de prorrogação destes prazos. O Grupo Técnico da COFIEX, então, recomendou a aprovação do pleito e, ao mesmo tempo, estabeleceu algumas condicionantes. Em razão das determinações impostas como condição para prorrogação dos prazos referidos, a partir do primeiro semestre de 2006 foi efetuada uma reformulação na metodologia de trabalho adotada pelas áreas técnicas do PROEP, visando a uma maior agilidade e eficiência nos processos de comprovação de gastos e prestação de contas por parte das entidades convenentes.

Com relação ao Subprograma A – Implementação de Políticas Globais (Projetos Nacionais), cujas ações estão a cargo da SETEC/FNDE/MEC, ocorreu um grande avanço na realização da maioria de suas metas, ressaltando-se que as ações programadas foram concluídas dentro do prazo previsto e as demais se encontram em fase de desenvolvimento. Foram promovidos estudos sobre os atuais modelos utilizados, elaborada uma proposta de integração dos sistemas de informação existentes no PROEP, realizado o segundo levantamento da pesquisa do SIPAV com participação efetiva de 90% das escolas pesquisadas, bem como estudos sobre fontes, legislação, gestão do financiamento da Educação Profissional e sobre a proposta de criação do Fundo Nacional de Educação Profissional.

O Subprograma A, hoje, encontra-se estruturado de forma a alcançar o desenvolvimento gerencial, técnico-pedagógico, de recursos humanos e de um plano de comunicação que compreende a organização de campanhas institucionais, seminários nacionais e encontros para divulgação da reforma da educação profissional. Desta forma, vem cumprindo seus principais objetivos e alcançando resultados satisfatórios na execução das ações envolvidas na Implementação de Políticas Globais para a Educação Profissional.

Já o Subprograma B – Planos Estaduais e Projetos Escolares – visa o desenvolvimento e fortalecimento da gestão da educação profissional, e o faz por meio de financiamento de projetos escolares, envolvendo ampliação e reforma de escolas existentes nos segmentos federal, estadual e comunitário, e/ou criação de novos centros. Até o presente momento 260 Projetos Escolares e 27 Planos Estaduais já foram financiados por meio de 303 convênios de investimentos nos estados e nas escolas.

No primeiro semestre de 2006 foi dada continuidade à regularização dos processos de convênios do PROEP, a partir da implementação de algumas medidas, tais como: padronização na metodologia de análise dos projetos a partir da elaboração de checklists dos itens a serem analisados, estabelecimento de prazos internos e externos, reforço e capacitação da equipe técnica e gerencial, e uma reorganização da estrutura operacional do PROEP e de sua equipe, que tem resultado em uma maior efetividade na execução das tarefas.

Apesar de, nos anos anteriores, ter sido observado um descrédito na execução do Programa, as ações desenvolvidas para o reordenamento e regularização dos processos têm contribuído para o restabelecimento do relacionamento e a confiança por parte das entidades convenentes. Prova disso foi o resultado das diversas pesquisas, realizadas na ocasião do Encontro Nacional do PROEP, que demonstraram que, atualmente, no que diz respeito à execução do Projeto e ao relacionamento com as gerências executoras do PROEP, o nível de satisfação por parte dos convenentes aumentou em grande escala, comparado aos anos anteriores do Programa.

Um outro grande avanço observado foi a implementação de novos sistemas informatizados (SIG e AFINNET) e a unificação dos dados relativos ao Programa, visando proporcionar maior controle, transparência, e atendendo aos padrões dos órgãos de controle. Com esta medida, eliminou-se a ocorrência de informações fragmentadas, concentração de dados por cada gerência e de sistemas de informações desconexos, que impediam uma avaliação das questões no sentido macro e comprometiam o estratégico, o tático e o operacional.

Constatou-se, ainda, que, com relação aos deslocamentos em missões externas, nos anos anteriores estes eram realizados de forma desconexa do seu objeto ou das ações que envolviam todas as demandas dos convênios. Deste modo, no primeiro semestre de 2006 foi desenvolvido e implementado um sistema de planejamento e controle de viagens no Sistema de Informações Gerencial – SIG, o que garantiu o foco das ações nos convênios de maior demanda e uma avaliação constante da relação custo x benefício das missões externas.

Quanto às demandas das entidades convenientes com relação aos processos licitatórios, foi intensificado o processo de assistência técnica e orientação nas definições de especificações técnicas e formulações dos termos de referência, elaboração e aprovação de editais, bem como o monitoramento da publicação, realização e contratação de bens e serviços. Foi instituído, também, o uso do Pregão Eletrônico, tendo sido contratadas equipes de pregoeiros e realizada a capacitação de equipes das instituições convenientes para a realização dos pregões, o que proporcionou maior agilidade nos processos licitatórios das entidades dos três segmentos.

No que concerne ao relacionamento do PROEP com o BID, observou-se uma expressiva melhora, principalmente em razão do cumprimento de cláusulas pendentes junto ao Banco, do encaminhamento contínuo de relatórios mensais que demonstram a execução físico-financeira dos convênios do Programa, bem como dos demais relatórios solicitados, atendimento pontual das informações requisitadas e apresentação do processo de encerramento de um total de 48 convênios com o status de finalizados.

Em relação à execução orçamentário-financeira, enquanto que, em 2005, as principais metas do PROEP foram a liquidação dos recursos inscritos em restos a pagar com pendências desde 2002 e a transferência do orçamento, no primeiro semestre de 2006 o foco do trabalho foi direcionado para a garantia da execução orçamentária e da execução física.

Entretanto, devido ao atraso na liberação do orçamento para este ano, com publicação da Lei Orçamentária Anual – LOA/2006 em meados de maio, o comprometimento de recursos no início do ano ficou prejudicado. Deste modo, pode ser observado um elevado crescimento no montante de recursos empenhados e comprovados somente a partir do mês de junho, quando se alcançou a melhor performance, com a realização de empenhos no valor total de R\$ 63,4 milhões e a aplicação da dotação de R\$ 45 milhões em transferências financeiras para as entidades conveniadas.

Com a retomada do Programa, a execução orçamentária teve seu desempenho otimizado em termos de alocação orçamentária, comprometimento de recursos e comprovação de gastos para as entidades conveniadas. Como foi demonstrado no presente Relatório, e traçando-se uma comparação entre a situação orçamentário-financeira do Programa nos primeiros semestres dos anos de 1998 a 2006, pode-se observar um grande aumento no volume de recursos empenhados e transferências financeiras realizadas neste ano. Nunca, em toda a história do PROEP, foram alcançadas tais marcas em termos de execução no primeiro semestre de um exercício como foi observado até o final do mês de junho.

A meta de comprovação e desembolso de US\$ 1,4 milhão de dólares tem sido cumprida e, portanto, os resultados do excelente desempenho da execução orçamentária e da transferência financeira serão colhidos nas comprovações de gastos a partir do final deste primeiro semestre em diante.

A configuração atual do PROEP apresenta um total de 260 Projetos Escolares, financiados por meio de 303 convênios, sendo: 10 convênios cancelados, 38 concluídos, 09 paralisados e 252 em execução; e também um total de 27 Planos Estaduais (PEP's), compreendendo 02 concluídos e 25 em fase final de conclusão. E, ainda, 16 escolas antes vinculadas ao segmento comunitário, encontram-se em processo de transferência para o segmento federal (CEFET's), e duas para o segmento estadual, proporcionando uma expansão da rede de ensino tecnológico, a partir da criação de aproximadamente 12.700 novas vagas, e oferecendo uma melhor alternativa para as comunidades.

Tendo em vista a proximidade do encerramento da vigência do contrato de empréstimo com o BID, a partir do primeiro semestre de 2006 a atuação da equipe técnica foi intensificada, visando verificar os procedimentos adotados pelos convenientes e certificar a efetiva e regular aplicação dos recursos, bem como promover ações para corrigir possíveis irregularidades durante a execução dos convênios. Neste sentido, todos os esforços têm sido envidados no sentido de se efetuar uma revisão com vistas à finalização e encerramento de cada convênio. Até o final do ano de 2006 está prevista a conclusão de um total de 165 escolas, o que irá gerar, aproximadamente, 202 mil novas vagas em cursos de ensino profissionalizante.

A partir da reorganização e reforço da equipe técnica do PROEP, sua atuação tem sido no sentido de solucionar todas as pendências trazidas de gestões anteriores, a fim de atingir um ritmo satisfatório na sua operacionalização. Apesar de ter enfrentado, nos anos anteriores, períodos de grande instabilidade, o Programa agora apresenta mais aspectos positivos do que negativos, resultando num crescente e expressivo aumento da capacidade de execução e garantindo, assim, seu principal objetivo: a expansão da rede de educação profissional no país.

